



RELATÓRIO E CONTAS

2017



[Handwritten signatures and initials]

ÍNDICE

Órgão Sociais

Organograma

Relatório de Gestão

Introdução	3
1. Atividade e Exploração 2017	5
2. Atividade e Exploração/Área Social/Valência 2017	9
2.1. Saúde	9
2.1.1. Centro Clínico	9
2.1.2. Farmácia	12
2.1.3. Unidade de Cuidados Continuados	14
2.2. Ação Social	16
2.2.1. Infância	16
2.2.2. Idoso	21
2.2.3. Outras Respostas Sociais	24
2.3. Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho	28
2.4. Fundos	30
3. Recursos Humanos	33
Notas Finais	34
Demonstrações Financeiras e Anexo 2017	
Balanço	37
Demonstração dos Resultados por Natureza	38
Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais	39
Demonstração dos Fluxos de Caixa	40
Anexo	
1. Identificação da Entidade	41
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	41
2.1. Bases de Apresentação	42
2.1.1. Continuidade	42



Handwritten signatures and initials in the top right corner, including 'EST B', 'P. A. E. T.', and other illegible marks.

2.1.3.	Consistência de Apresentação	42
2.1.4.	Materialidade e Agregação	43
2.1.5.	Compensação	43
2.1.6.	Informação Comparativa	43
2.2.	Derrogação nos Termos das Normas SNS-ESNL em Exercícios Anteriores	43
3.	Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros	45
3.1.	Bases de Mensuração Usadas na Preparação das Demonstrações Financeiras	45
3.2.	Juizes de Valor Efetuados pelo Órgão de Gestão no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantidades reconhecidas nas Demonstrações Financeiras	58
3.3.	Principais Pressupostos relativos ao Futuro	59
3.4.	Principais Fontes de Incerteza	59
4.	Ativos Fixos Tangíveis	60
5.	Ativos Intangíveis	61
6.	Custos dos Empréstimos Obtidos	62
6.1.	Política Contabilística Adotada nos custos de Empréstimos Obtidos	62
6.2.	Alocação entre Passivo Corrente e Não Corrente	62
7.	Inventários	63
8.	Rédito	64
9.	Subsídios e Apoios das Entidades Públicas	65
10.	Instrumentos Financeiros	66
11.	Gastos com Pessoal e Benefícios com os Empregados	68
12.	Acontecimentos após a data do Balanço	69
13.	Divulgações Exigíveis por Diplomas Legais	69
14.	Outras Divulgações	70
14.1.	Diferimentos	70



UNIÃO MUTUALISTA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO
- ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA -

14.2. Caixa e Depósitos Bancários	70	
14.3. Estados e Outros Entes Públicos	71	
14.4. Fornecimentos e Serviços Externos	71	
14.5. Outros Rendimentos	72	
14.6. Outros Gastos	72	
14.7. Resultados Financeiros	73	

Parecer do Conselho Fiscal

Certificação Legal das Contas

Relatório e Parecer do Revisor Oficial de Contas



UNIÃO MUTUALISTA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO
- ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA -

Handwritten signatures and initials in the top right corner.

RELATÓRIO DE GESTÃO



ORGÃOS SOCIAIS

ASSEMBLEIA GERAL

Presidente Maria das Mercês Gomes Borges

Secretários Natércia de Fátima Leal Dutra
Joaquim Filipe Manuel

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente Jaime Manuel Pinho Crato

Vogais Pedro Nuno Luís dos Santos
Rui César Gonçalves Joaquim
Patricia Carla Gomes Rolo Soares da Silva
Manuel Jesus Gonçalves Agostinho

Suplente Elsa Cristina Issa da Silva Estrela

CONSELHO FISCAL

Presidente - António Manuel Corrêa Sousa Fortunato

Vogais João Maria Silva Costa
António Fernando Alves Marçal

Suplente Vera Lúcia Pialgata Silva

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Correia & Santos, SROC, Lda Joaquim Manuel Teixeira dos Santos

SECRETARIADO

Efetivo Ana Clara Falua Gonilho

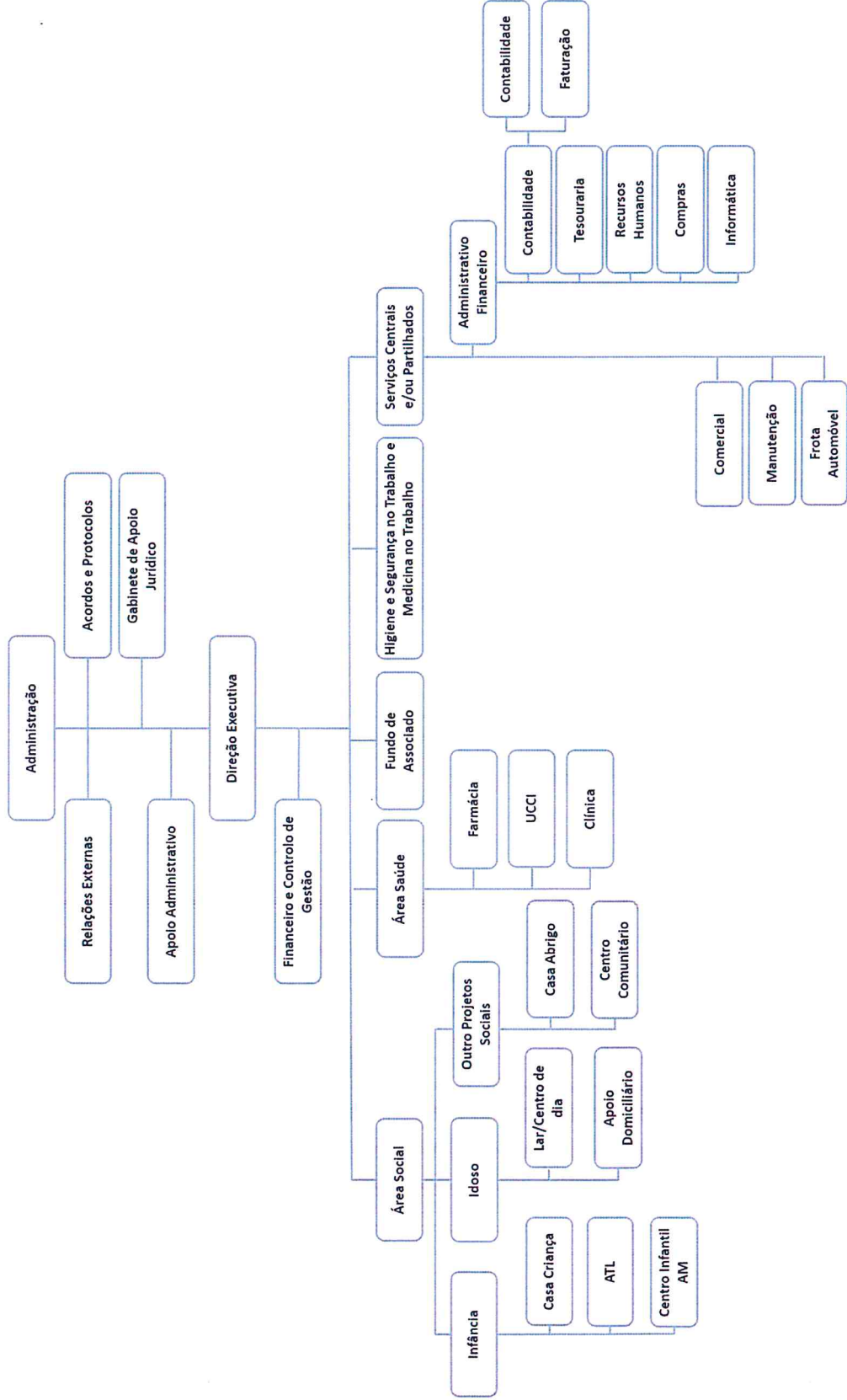


UNIÃO MUTUALISTA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO - ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA -

[Handwritten signatures and initials]



Organograma Estrutural





INTRODUÇÃO

A UMNSC, ao longo da sua História, sempre desempenhou um papel crucial no âmbito da Solidariedade e Ação Social, nas vertentes Infância e idoso, complementado pela Área da Saúde.

Assim dispõe de três estruturas de apoio à criança, designadamente, Casa da Criança, CIAM, ambas com as valências Creche e Pré-Escolar, e CATL “A Caminho da Juventude” dirigida para a idade escolar.

O apoio ao idoso foi iniciado em 97 com o Centro Polivalente, o qual viria a ser transferido para as atuais instalações, Edifício Lar Montepio, melhorando substancialmente as condições, bem como, um mais vasto apoio local ao idoso, com a abertura das valências Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário.

Não podemos deixar de referir que em 2001, a U Mutualista reforça o seu posicionamento, com a abertura do Centro de Acolhimento Temporário de Emergência para idosos, CATEI.

As respostas sociais na UMNSC contam ainda com outros dois Equipamentos, Centro Comunitário em parceria com a CMM, dando apoio a 240 famílias, com intervenções nas ações educativa, cultural, saúde, entre outras, bem como, apoio económico direcionado para dívidas habitacionais e ou de subsistência, e a Casa Abrigo, que acolhe agregados familiares, no sentido de garantir a proteção adequada às vítimas de violência doméstica e procura da sua reintegração com autonomia, na sociedade.

A área da Saúde, abrange três estruturas funcionais, Farmácia, Centro Clínico e Unidade de Cuidados Continuados, a funcionar num dos pisos do Edifício Lar Montepio.

Esta é porventura, a área que apesar de outrora, Centro Clínico e Farmácia, mais terem contribuído para o crescimento e estabilidade, viu nos últimos anos invertido o ciclo, contribuindo atualmente para o desequilíbrio económico e até estrutural da UMNSC.



[Handwritten signatures and initials]

O ano de 2017 constitui por si só, o início de um virar da página, norteadas pela consciencialização dos principais constrangimentos internos, tomada de decisões, que se iniciou com a aderência a um Processo Especial de Revitalização, cuja aprovação ocorreu em dezembro p.p., e onde foram identificados os principais constrangimentos, entre outras:

- ✓ Erros de atos de gestão corrente em anos anteriores;
- ✓ Desequilíbrio financeiro, espelhado na contínua degradação dos principais indicadores e asfixia de tesouraria, e,
- ✓ Aposta e crescimento na área da Saúde, quando a mesma já estava deficitária, e na qual a competitividade comercial imposta pelos players é elevada, a que acresce uma necessidade de modernização contínua, incompatível com a então e atual situação da UMNSC.
- ✓ Delineadas as principais medidas corretivas, entre outras, para delinear de seguida, medidas corretivas, e recurso a uma gestão profissionalizada, capaz de seguir as linhas emanadas pela Administração, onde impere o diálogo, capacidade de dinamização em que o rigor é a palavra principal.

Apesar do curto espaço de tempo decorrido, já foi possível atuar ao nível:

- ✓ Plano Contas, 2018 e imputação de custos por Valência e consequentemente Área Social;
- ✓ Identificação para 2018, dos Custos Partilhados, com maior eficácia na alocação dos recursos humanos em função do trabalho efetivamente desempenhado e inerente a cada Valência;
- ✓ Início e desenvolvimento do processo de Reorganização e Reestruturação da UMNSC, prevalecendo o recurso a sinergias e centralização de tarefas transversais a toda a Instituição;

Início das correções propostas no Relatório da Sindicância, levado a cabo em 2014, com o já devido e possível reflexo nas contas que a UMNSC leva a conhecimento e aprovação nesta sua Assembleia.



1. ATIVIDADE E EXPLORAÇÃO 2017

UMNSC

O desempenho económico da UMNSC, em 2017, pautou-se por volume de negócio de 7,08 M €, com taxa de crescimento na ordem dos 6%, e positivo ao nível do EBITDA e EBIT, de respetivamente 471.281,93 € e 75.698,49 €, pese embora, registe degradação face a período homólogo anterior, o que associado a um aumento dos custos financeiros, originou um resultado negativo acima dos 287.765 euros.

Este nível de resultados, sejam no âmbito estritamente operacional, sejam líquidos foi originado a nível dos custos da atividade propriamente dita, com penalização dos custos com pessoal em 295.929,62 €, para o que contribuiu definitivamente:

- ✓ Indemnizações, ocorridas;
- ✓ A transferência de 14 idosos do Lar Montepio para a Jardim, com o consequente aumento do quadro de pessoal, e,
- ✓ Custos c/pessoal para o aumento da capacidade da UCCI, que nunca se concretizou, e que foi suportado durante 10 meses.

e dos custos financeiros, pelo reconhecimento e devida contabilização da dívida consolidada, quer à Segurança Social quer à Banca.

Ao nível do Balanço, após levantamento criterioso das principais rubricas afetas, formas e critérios de valorização e imputação, e ponderadas as recomendações por via do Relatório de Sindicância, foram relevados os principais constrangimentos, levando à:

- ✓ Reexpressão do Ativo,
- ✓ Criação de previsão de acréscimo de custo, reposição salarial,
- ✓ Custas de reestruturação e consolidação de dívida à Segurança Social,
- ✓ Valor a repor das participações indevidas no período 2006-2008, e
- ✓ Imparidades diversas



[Handwritten signatures and initials]

Assim, foram corrigidos, entre outros, e de maior relevo, os valores de:

- ✓ Ativos Fixos Tangíveis, por indevida contabilização de terrenos num total de 575.000, €, terrenos não de posse da U Mutualista mas sobre os quais existe um direito de superfície, Lar Montepio – 400.000 € e CIAM – 175.000 euros;
- ✓ Ativos Fixos Intangíveis, indevida valorização do alvará da Farmácia em 1,34 M€
- ✓ Previsão de acréscimo de custos associada à reposição salarial, num total de 347.638 euros, dos quais 241.539 em resultados transitados e o remanescente em 2017
- ✓ Restituição das participações indevidas num total de 110.322 euros, dos quais 75.333 em resultados transitados e o remanescente em 2017
- ✓ Custas da reestruturação do processo da Segurança Social de 32.900 euros.
- ✓ Imparidades num total de 235.533 €, igualmente por via dos resultados transitados, com maior expressão para Clientes, seguida de Outros Devedores e Credores e por fim Fornecedores.

Perante este contexto, em que as incongruências e valores a regularizar assumem esta expressão, há que sublinhar, que estamos, essencialmente, perante um “Quadro de regularização da situação Patrimonial”, sendo que, os mesmos não têm impacto direto na execução do PER, à exceção da possível reposição salarial, e que a acontecer, deverá ter plano próprio, num período temporal de 7 a 8 anos, e já em ponderação.

No que diz respeito às custas da Segurança Social, o reembolso está a ser efetuado num plano a 3 anos, bem como o reembolso das verbas indevidas estão a ser cumpridas com rigor, por esta Instituição.



UNIÃO MUTUALISTA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO
- ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA -

Handwritten signatures and initials in the top right corner.

UNIÃO MUTUALISTA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO
BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Montantes expressos em euros)

Ativo	2017	2016
Ativo não corrente:		
Ativos fixos tangíveis	8.916.816,79	7.660.761,65
Bens do património histórico, artístico e cultural	11.048,51	11.048,51
Ativos intangíveis	45.472,31	66.553,28
Investimentos financeiros	20.475,00	20.475,00
Fundadores/Patrocinadores/Associados/Membros/Doadores		
Outros créditos e ativos não correntes		
Total do Ativo não corrente	8.993.812,61	7.758.838,44
Ativo Corrente:		
Inventários	93.894,61	67.309,03
Créditos a receber	743.936,53	381.731,62
Estado e outros entes públicos	487,48	1.040,74
Fundadores/Patrocinadores/Associados/Membros/Doadores		
Diferimentos	3.272,83	56.777,25
Outros ativos correntes	22.148,00	530.661,19
Caixa e depósitos bancários	13.897,05	48.312,99
Total do Ativo corrente	877.636,50	1.085.832,82
Total do Ativo	9.871.449,11	8.844.671,26
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO	2017	2016
Fundos Patrimoniais:		
Fundos		
Excedentes técnicos		
Reservas	2.123.154,32	2.123.154,32
Resultados transitados	-7.024.648,78	-5.849.964,76
Excedentes de revalorização	1.596.435,54	
Ajustamentos/Outras variações nos fundos próprios	1.935.408,30	1.958.683,86
Resultado líquido do período	-287.764,85	-109.746,69
Interesses que não controlam		
Total dos fundos patrimoniais	-1.657.415,47	-1.877.873,27
Passivo:		
Passivo não corrente:		
Provisões		
Provisões específicas		
Financiamentos obtidos	5.839.186,70	5.414.358,90
Outras dívidas a pagar	3.542.984,83	2.366.000,56
Total do passivo não corrente	9.382.171,53	7.780.359,46
Fornecedores	209.280,50	997.180,89
Estado e outros entes públicos	146.131,77	206.497,54
Fundadores/Patrocinadores/Associados/Membros/Doadores		
Financiamentos obtidos	158.799,07	675.418,09
Diferimentos	30.703,29	31.385,65
Outros passivos correntes	1.601.778,42	1.031.702,90
Total do passivo corrente	2.146.693,05	2.942.185,07
Total do passivo	11.528.864,58	10.722.544,53
Total do capital próprio e do passivo	9.871.449,11	8.844.671,26



UNIÃO MUTUALISTA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO
- ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA -

S
D
A
S
A

UNIÃO MUTUALISTA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

	2017	2016
<i>(Montantes expressos em euros)</i>		
RENDIMENTOS E GASTOS		
Vendas e serviços prestados	4.354.932,43	4.136.221,53
Subsídios, doações e legados à exploração	2.729.417,30	2.554.464,75
Variação nos inventários da produção		
Trabalhos para a própria entidade	-854.931,20	-855.268,30
Custo das mercadorias vendidas e das mat. consumidas	-1.847.615,80	-1.645.442,95
Fornecimentos e serviços externos	-3.825.682,46	-3.529.752,84
Gastos com o pessoal		
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		
Provisões (aumentos/reduções)		
Provisões específicas (aumentos/reduções)		
Outras imparidades (perdas/reversões)		
Aumentos reduções de justo valor		
Outros rendimentos	122.500,78	145.458,64
Outros gastos	-207.339,12	-229.856,11
Resultado (antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos)	471.281,93	575.824,72
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	-395.583,44	-359.982,03
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	75.698,49	215.842,69
Juros e rendimentos similares obtidos	17,85	17,85
Juros e gastos similares suportados	-363.463,34	-325.607,23
Imposto sobre o rendimento do período	-287.764,85	-109.746,69
Resultado líquido do período	-287.764,85	-109.746,69



Handwritten signatures and initials in the top right corner.

2. ATIVIDADE E EXPLORAÇÃO / ÁREA SOCIAL / VALÊNCIA 2017

2.1 Saúde

2.1.1 Centro Clínico

O Centro Clínico foi sempre uma área de referência na prestação de serviços a associados e particulares, para a localidade do Montijo, estendendo-se pelas convenções ao Distrito de Setúbal.

Para reforçar o seu posicionamento, e no sentido de colmatar os sucessivos anos deficitários de exploração, abriu em meados de 2016, Unidade de Gastro e procedeu ao alargamento dos acordos e protocolos com diversas entidades, aumentando assim a sua oferta às mais variadas especialidades, e exames complementares de diagnóstico.

Contudo, perante um mercado altamente competitivo, detidos por grandes players, a que acresce a necessidade de grandes investimentos para acompanhamento da modernização e qualidade de oferta, as medidas preconizadas foram insuficientes, até porque a procura é ténue.

Assim, O valor do ativo clínica é negativo, e encontra-se em fase de depreciação por contingência legal enunciada, por aquilo que são as evidências de valor das convenções poderem ter a prazo um problema de continuidade, por irrelevância dos reais impactos dos investimentos feitos, que rapidamente se tornaram anacrónicos um por um, ou o seu conjunto pelo caimento ou impossibilidade de licenciamento.

Custos de licenciamento da clínica de acordo com padrões atuais e de acordo com estudo comparativo efetuado, a rondar os 2 milhões de euros.

A transmissão de convenções por regra é impossível. Porém aqui apenas foi autorizada já pela ARS de Lisboa e Vale do Tejo, por virtude de negociação encetada pela direção da Mutualista na pendência do PER, e dada a incapacidade evidente de manter o padrão de qualidade no futuro, de serviços, o que poderia dar origem a cassação das mesmas, subordinada, porém a aprovação daquela entidade.



Handwritten signatures and initials in the top right corner.

Em Assembleia Geral realizada em dezembro de 2017, foi aprovado por maioria, mandar o Conselho de Administração para a formulação de convite para reunião prévia na sede da instituição, para apuramento de manifestação de interesse pelas entidades particulares ou grupos de saúde, dadas as condicionantes supra referidas.

Após enunciação das condicionantes, quatro entidades aderiram a entrar na "pole" de indagação de interesse, com verificação da informação disponível respetivamente Mello Saúde, Luz Saúde, Grupo Trofa e Grupo HPA.

A manifestação de não interesse no equipamento Luz Saúde, Grupo Trofa e Grupo HPA e a manifestação de interesse efetivo e real do grupo Mello Saúde, com data de 24 janeiro de 2018, levou-nos a submeter a proposta apresentada, em Assembleia Geral Extraordinária que se realizou a 20 de Fevereiro de 2018, tendo a mesma sido aprovada por maioria dos associados presentes.

Essencialmente há uma transferência de risco de atividade, salvaguardando o direito dos associados e os postos de trabalho dos trabalhadores, que permitirá durante os 2 (dois) anos de contrato de trespasse a possibilidade de num futuro próximo, a afetação do edifício a atividade rentável.

O trespasse do estabelecimento clínica, afigura-se amplamente vantajoso economicamente para a Associação Mutualista Nossa Senhora da Conceição e um ponto de chegada substancialmente mais favorável que o de partida aquele com que a Administração se deparou durante e findo o PER.

O crescimento da atividade operada em 2017 foi contudo insuficiente para reversão dos contínuos resultados negativos, tendo estes atingido os - 236.151 euros, o que corresponde ao dobro do verificado em 2016.

Contribuiu para este desaire o agravamento dos custos com pessoal e amortizações, ambos associados ao investimento da Unidade de Gastro, não gerando esta compatibilidade ao nível das receitas.



UNIÃO MUTUALISTA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO
- ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA -

UNIÃO MUTUALISTA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
CLÍNICA

	2017	2016
RENDIMENTOS E GASTOS		
Vendas e serviços prestados	1.490.956,84	1.351.035,07
Subsídios, doações e legados à exploração	34.178,59	80.961,95
Variação nos inventários da produção		
Trabalhos para a própria entidade	-323,18	-2.149,68
Custo das mercadorias vendidas e das mat. consumidas	-882.817,92	-758.504,78
Fornecimentos e serviços externos	-498.140,28	-441.740,86
Gastos com o pessoal		
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		
Provisões (aumentos/reduções)		
Provisões específicas (aumentos/reduções)		
Outras imparidades (perdas/reversões)		
Aumentos reduções de justo valor		
Outros rendimentos	6.872,32	5.614,65
Outros gastos	-34.218,69	-20.425,88
Resultado (antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos)	116.507,68	214.790,47
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	-125.599,53	-106.819,43
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-9.091,85	107.971,04
Juros e rendimentos similares obtidos	2,99	2,99
Juros e gastos similares suportados	-73.159,24	-62.341,01
Resultado antes de impostos	-82.251,09	45.633,02
Imputação dos serviços partilhados	-153.900,14	-164.219,41
Resultado líquido do período	-236.151,23	-118.586,39



2.1.2 Farmácia

Ao serviço da população desde 1912, é a partir de 2001 que a UMNSC abriu as atuais instalações na procura incessante de melhorar a qualidade dos serviços a prestar aos seus associados e população local.

O setor farmacêutico, como é do conhecimento, sofreu na última década alterações relevantes, fruto de uma crise económica instalada à escala global, a que acresce diversas alterações legislativas, entre outras:

- ✓ Regime de propriedade, que veio possibilitar a independência da propriedade do estabelecimento da direção técnica;
- ✓ Abertura de farmácias em hospitais do SNS, motivadas por razões substancialmente económicas;
- ✓ Venda de medicamentos não sujeitos a receita médica, fora;
- ✓ Venda de medicamentos à distância

Assim, depois de vários anos deficitários, que implicou a degradação num passado recente, da qualidade dos serviços prestados tornou-se evidente a tomada de decisões com vista à inversão, e que passou pela:

- ✓ Reorganização interna;
- ✓ Renegociação com fornecedores e retoma de confiança para venda a crédito, e descontos financeiros;
- ✓ Aumento da oferta e stocks.

A farmácia em 2017, apesar de ter apurado ainda resultados negativos de 32.566,48 €, face a 2016, regista uma recuperação acima dos 70%, consubstanciado:

- ✓ Volume de Negócio na ordem dos 1,162 M€, com taxa de crescimento de 5,86%, face ao período homologo anterior, já que, os descontos e abatimentos em vendas e de pronto pagamento obtidos, num total de 31.629 euros, contrastam com os registados em 2016 que se situaram acima dos 50.400.
- ✓ O desvio acima referido acabou por ser colmatado pela concessão de um subsídio à exploração, na ordem dos 22.000 euros. de que esta unidade beneficiou, não afetando negativamente o resultado.
- ✓ Diminuição de outros gastos



UNIÃO MUTUALISTA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO
- ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA -

UNIÃO MUTUALISTA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
FARMÁCIA

	2017	2016
RENDIMENTOS E GASTOS		
Vendas e serviços prestados	1.162.586,23	1.094.496,42
Subsídios, doações e legados à exploração		
Variação nos inventários da produção	22.000,00	
Trabalhos para a própria entidade		
Custo das mercadorias vendidas e das mat. consumidas	-854.608,02	-852.950,68
Fornecimentos e serviços externos	-48.657,84	-37.004,09
Gastos com o pessoal	-166.695,87	-163.543,28
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		
Provisões (aumentos/reduções)		
Provisões específicas (aumentos/reduções)		
Outras imparidades (perdas/reversões)		
Aumentos reduções de justo valor		
Outros rendimentos	42.890,48	46.144,63
Outros gastos	-15.923,73	-25.245,98
Resultado (antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos)	141.591,25	61.897,02
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	-10.562,22	-6.704,35
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	131.029,03	55.192,67
Juros e rendimentos similares obtidos		1,92
Juros e gastos similares suportados	-42.263,78	-46.287,69
Resultado antes de impostos	88.765,25	8.906,90
Imputação dos serviços partilhados	-121.331,73	-123.117,83
Resultado líquido do período	-32.566,48	-114.210,93



[Handwritten signatures and initials in the top right corner.]

2.1.3. Unidade de Cuidados Continuados

Esta unidade é parte integrante da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI), criada em 2006, e desenvolvida em parceria entre o Ministério da Saúde e o da Solidariedade, Emprego e Segurança Social.

Os cuidados de longa duração, tal como outros, fazem parte das unidades de internamento.

O principal objeto é a prestação de cuidados de saúde e apoio social, às pessoas em situação de dependência, consubstanciada, em práticas e procedimentos com vista à recuperação e/ou maximização da qualidade de vida. O apoio é igualmente extensivo ao quadro familiar direto.

Durante o ano de 2017, a Unidade de Cuidados Continuados de Longa Duração e Manutenção – ACREDITAR, manteve a capacidade mensal de 28 utentes, tendo dado assistência a um total de 69 utentes, 36 mulheres com uma média de idades de 83 anos e 33 homens com uma média de idades de 74 anos, onde predominaram as Sequelas AVC (41%), os Quadros Demenciais (20%), Doença Parkinson (7%) e Neoplasias (7%).

Unidade que desempenha a sua atividade em função de um acordo, com parametrização quer de valores subsidiados à exploração quer a nível de quadro de pessoal, apresenta em 2017 um rendimento global sem oscilações dignas de relevo, gerando um resultado negativo, à imagem do ano anterior, e que se cifrou em 32.160,93 €.



UNIÃO MUTUALISTA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO
- ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA -

UNIÃO MUTUALISTA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
UCCI

	2017	2016
RENDIMENTOS E GASTOS		
Vendas e serviços prestados	134.943,56	116.482,34
Subsídios, doações e legados à exploração	492.735,02	504.495,75
Variação nos inventários da produção		
Trabalhos para a própria entidade		
Custo das mercadorias vendidas e das mat. consumidas		
Fornecimentos e serviços externos	-217.448,31	-208.162,81
Gastos com o pessoal	-297.991,79	-304.806,37
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		
Provisões (aumentos/reduções)		
Provisões específicas (aumentos/reduções)		
Outras imparidades (perdas/reversões)		
Aumentos/reduções de justo valor		
Outros rendimentos	4.154,12	16.737,70
Outros gastos	-10.868,51	-5.047,50
Gastos / reversões de depreciação, gastos de financiamento e impostos	105.524,09	119.699,11
Juros e reversões de depreciação e de amortização	-3.800,33	-31.309,88
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	101.723,76	88.389,23
Juros e rendimentos similares obtidos		1,40
Juros e gastos similares suportados	-30.309,39	-29.063,68
Resultado antes de impostos	71.414,37	59.326,95
Imputação dos serviços partilhados	-103.575,30	-108.675,99
Resultado líquido do período	-32.160,93	-49.349,04



Handwritten signatures and initials in the top right corner.

2.2 AÇÃO SOCIAL

2.2.1 INFÂNCIA

Casa da Criança, CIAM e CATL.

Na área social de apoio à infância, a U Mutualista deu os seus primeiros passos em 68, com a abertura da Casa da Criança, mais tarde reforçando a sua oferta local com a abertura de um outro Equipamento “Centro Infantil António Marques”, ambos, desde então, com valências de creche e pré-escolar.

O apoio a crianças na escolaridade veio a tomar forma a partir de 2002 com a abertura CATL “A Caminho da Juventude”.

No ano de 2017, decorreu uma atualização dos protocolos celebrados entre a Segurança Social e as três Instituições de Infância da UMNSC, que originou uma reestruturação ao nível dos recursos humanos, que passou pela alteração das Direções Técnicas.

Relativamente ao plano de atividades delineado para o ano de 2017, o mesmo foi concretizado, quer a nível da gestão de funcionamento, quer a nível do trabalho pedagógico, que foi desenvolvido com as crianças e respetivas famílias que frequentam as diferentes valências.

À semelhança dos anos anteriores, o trabalho pedagógico foi orientado de acordo com o Manual da Qualidade da Segurança Social, na valência de Creche, e pelas Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar do Ministério da Educação, na valência de Pré-Escolar. Toda esta dinâmica foi desenvolvida tendo por base os princípios definidos na Política Educativa da UMNSC.

O Projeto Educativo “Brincar Ontem...Hoje e Sempre...” bem como os Projetos Curriculares de Turma, deram corpo e forma às aprendizagens.

De realçar por fim o ensino do inglês, como atividade curricular, a todas as crianças do pré-escolar e às do 1º e 2º ano do ensino básico, a frequentar o CATL. Esta atividade é desenvolvida pelo instituto de línguas United School.



Handwritten signatures and initials in the top right corner.

A frequência média das crianças nas três instituições, correspondeu aos números definidos nos acordos de cooperação com exceção do Pré-Escolar do Centro Infantil, com menos 3 crianças, da casa da Criança com mais 1 em creche e o CATL com mais 2 crianças em idade escolar. As receitas obtidas resultaram das participações familiares e da Segurança Social.

Em 2017, o desempenho económico da área social Infância, registou:

- ✓ Receitas globais na ordem dos 1,55 M€, dos quais, 616.925 por via participações familiares, 39,79%, sendo o remanescente por participações da segurança social.
- ✓ Resultado líquido positivo, mas irrelevante, 2.693,25 €, sendo negativo no CATL, creche da Casa da Criança e pré-escolar no CIAM.
- ✓ Como se pode verificar pela leitura dos quadros infra, a Casa da criança, creche e o CIAM pré-escolar, só por si geraram resultados positivos acima dos 62 mil euros.
- ✓ A descida das participações familiares deveu-se ao facto das mensalidades das crianças que entraram de novo serem mais baixas, uma vez que provêm de famílias com agregado familiar maior e conseqüentemente menor rendimento per capita, e simultaneamente serem as crianças que transitaram para o 1º ciclo e para a rede pública, as que tinham as mensalidades mais elevadas.
- ✓ Relativamente ao CATL o acréscimo verificado nas participações familiares, está associado ao aumento do número de crianças, bem como à cobrança dos custos de transporte.



UNIÃO MUTUALISTA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO
- ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA -

UNIÃO MUTUALISTA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
CASA DA CRIANÇA

	Creche		Pré-escolar	
	2017	2016	2017	2016
RENDIMENTOS E GASTOS				
Vendas e serviços prestados	138.015,73	131.489,51	114.982,84	117.682,26
Subsídios, doações e legados à exploração				
Variação nos inventários da produção	247.148,24	223.122,54	161.753,92	150.491,52
Trabalhos para a própria entidade				
Custo das mercadorias vendidas e das mat. consumidas		-58,82		-45,12
Fornecimentos e serviços externos	-36.078,40	-29.688,45	-39.319,28	-32.608,19
Gastos com o pessoal	-234.428,15	-227.606,93	-167.903,66	-157.512,74
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)				
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)				
Provisões (aumentos/reduções)				
Provisões específicas (aumentos/reduções)				
Outras imparidades (perdas/reversões)				
Aumentos reduções de justo valor				
Outros rendimentos	3.657,90	3.199,24	11.178,41	2.891,71
Outros gastos	-3.421,23	-3.860,30	-2.609,36	-2.688,12
Resultado (antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos)	114.894,09	96.596,79	78.082,87	78.211,32
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	-17.594,83	-10.797,34	-22.946,25	-8.700,62
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	97.299,26	85.799,45	55.136,62	69.510,70
Juros e rendimentos similares obtidos		1,24		0,96
Juros e gastos similares suportados	-23.425,84	-19.522,94	-17.964,45	-14.973,22
Resultado antes de impostos	73.873,42	66.277,75	37.172,17	54.538,44
Imputação dos serviços partilhados	-62.705,99	-66.362,74	-47.468,00	-50.230,75
Resultado líquido do período	11.167,43	-84,99	-10.295,83	4.307,69



UNIÃO MUTUALISTA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO
- ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA -

[Handwritten signatures and initials]

[Handwritten signature]

UNIÃO MUTUALISTA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

CIAM

	Creche		Pré-escolar	
	2017	2016	2017	2016
RENDIMENTOS E GASTOS				
Vendas e serviços prestados	120.513,49	130.273,62	160.133,23	169.093,35
Subsídios, doações e legados à exploração	242.060,05	218.575,28	219.683,69	209.016,00
Variação nos inventários da produção				
Trabalhos para a própria entidade				
Custo das mercadorias vendidas e das mat. consumidas	-36.786,75	-29.633,89	-52.248,89	-42.397,55
Fornecimentos e serviços externos	-252.172,56	-224.547,38	-180.867,08	-164.520,55
Gastos com o pessoal				
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)				
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)				
Provisões (aumentos/reduções)				
Provisões específicas (aumentos/reduções)				
Outras imparidades (perdas/reversões)				
Aumentos reduções de justo valor				
Outros rendimentos	6.510,79	6.314,03	7.896,15	12.010,63
Outros gastos	-3.594,80	-5.587,06	-3.831,64	-4.759,01
Resultado (antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos)	76.530,22	95.394,60	150.765,46	178.442,87
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	-18.036,57	-8.616,18	-8.036,06	-10.190,77
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	58.493,65	86.778,42	142.729,40	168.252,10
Juros e rendimentos similares obtidos		1,22		1,30
Juros e gastos similares suportados	-22.960,87	-19.206,65	-24.500,01	-20.501,01
Resultado antes de impostos	35.532,78	67.572,99	118.229,39	147.752,39
Imputação dos serviços partilhados	-61.766,31	-66.943,70	-66.886,41	-70.221,42
Resultado líquido do período	-26.233,53	629,29	51.342,98	77.530,97



UNIÃO MUTUALISTA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO
- ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA -

UNIÃO MUTUALISTA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
CATL - A CAMINHO DA JUVENTUDE

	2017	2016
RENDIMENTOS E GASTOS		
Vendas e serviços prestados	83.279,80	75.252,59
Subsídios, doações e legados à exploração	63.015,23	61.239,23
Varição nos inventários da produção		
Trabalhos para a própria entidade		
Custo das mercadorias vendidas e das mat. consumidas	-37.039,33	-30.165,36
Fornecimentos e serviços externos	-76.655,86	-67.156,40
Gastos com o pessoal		
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		
Provisões (aumentos/reduções)		
Provisões específicas (aumentos/reduções)		
Outras imparidades (perdas/reversões)		
Aumentos reduções de justo valor		
Outros rendimentos	792,78	1.160,80
Outros gastos	-1.382,54	-10.428,12
Resultado (antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos)	32.010,08	29.902,74
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	-21.682,18	-23.024,02
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	10.327,90	6.878,72
Juros e rendimentos similares obtidos		0,48
Juros e gastos similares suportados	-9.440,55	-7.977,37
Resultado antes de impostos	887,35	-1.098,17
Imputação dos serviços partilhados	-24.175,15	-25.704,42
Resultado líquido do período	-23.287,80	-26.802,59



Handwritten signatures and initials in the top right corner.

2.2.2 IDOSO

Lar UMNSC, Centro de Dia e SAD

Todas estas respostas sociais funcionam no mesmo edifício, exceto o Centro de Acolhimento Temporário de Emergência para Idosos da Jardía que funcionou até ao final do mês de outubro em vivenda localizada na dita localidade.

A partir do mês de novembro p.p., e no âmbito da reorganização dos serviços da União Mutualista Nossa Senhora da Conceição as Direções Técnicas destas respostas sociais passaram a ser geridas por duas Técnicas de Serviço Social que anteriormente prestavam serviços na Casa da Criança e no Centro Comunitário “Mais Cidadão”.

O trabalho inicial foi conhecer o funcionamento diário de todos os setores através de uma presença e envolvimento no trabalho desenvolvido pelas diferentes equipas com vista à avaliação e consequente implementação das melhores práticas.

Assim foi desenvolvida uma metodologia, destacando-se entre outras:

- ✓ Reunião com os familiares para apresentação de diagnóstico do funcionamento da Estrutura Residencial para Pessoas Idosas;
- ✓ Acompanhamento no terreno das equipas de Serviço de Apoio Domiciliário;
- ✓ Reuniões semanais e mensais de avaliação do funcionamento com as Ajudantes de Ação Direta;
- ✓ Avaliação e alteração das ementas com a introdução das propostas dos idosos;
- ✓ Participação nas atividades de animação.

Lar Montepio Jardía

Em 2017, foram apoiados 81 idosos no Lar Montepio, sendo que a média de idades foi de 84 anos, prevalecendo os Quadros Demenciais (40%), alguns deles em estado avançado, Doença do Foro Cardíaco/HTA (22%), as sequelas de AVC - Acidente Vascular Cerebral (11%), as Doenças Osteoarticulares Degenerativas (6%), entre outras, pelo que o grau de dependência também foi elevado.

Assim, 62%, dos nossos utentes, eram totalmente dependentes e 33% semi dependentes, sendo que apenas 5% eram autónomos. As diferentes agudizações inerentes a esta faixa etária foram todas assistidas e acompanhadas pela equipa médica e de enfermagem do lar, a que acresce ainda



Handwritten signatures and initials in the top right corner.

os serviços prestados por Fisioterapia, especialidade em franca expansão na nossa Instituição.

Centro de Dia e SAD

Ao nível do Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário foi dada resposta a 100 idosos, 20 dos quais na primeira valência e os restantes em apoio domiciliário.

Ao longo do ano de 2017, os utentes de SAD também puderam beneficiar, de forma gratuita, de rastreios da Diabetes e da Hipertensão Arterial, no seu domicílio, e desta forma a equipe de enfermagem pretende assegurar a prestação de cuidados de natureza preventiva a todos os utentes do Serviço de Apoio

Com receitas de 1,47 M€, em que a comparticipação familiar ascendeu a 688.864 euros, que representa 46,87% do total., o desempenho económico foi negativo, em cerca de 43.000 €, com a seguinte particularidade e que se realça:

- ✓ A valência que é seguramente positiva é o Serviço de Apoio ao Domicílio, que por si só, contribui para 36% do volume de negócio, i.e., 529.393,67 euros, gerando simultaneamente resultado líquido positivo de 71.178,83 €.
- ✓ Contrariamente o Lar Montepio Jardim viu em 2017 o seu resultado registar uma quebra acentuada, vindo dos 99.060,89 € positivos para um negativo na ordem dos 95,5 mil €.
- ✓ Este desvio, não se deve exclusivamente à sua exploração propriamente dita, porque, para responder positivamente ao apelo da Segurança Social, na valência Cuidados Continuados, e que nunca se concretizou, a U Mutualista, assumiu em 2017:
 - Custos de Investimento na ordem dos 50.000 €
 - Deslocação de 14 idosos do Montepio para a Jardim, com agravamento dos custos com pessoal a rondar os 90.000 euros.
 - Colmatando esta situação, também não é menos verdade, que as receitas provenientes dos 14 utentes deslocados geraram acréscimo de receitas por via dos subsídios à exploração, já que o acordo da Jardim estava caracterizado como atípico, pela própria Segurança Social.
- ✓ O Centro de Dia, continua a registar resultados negativo, para o que contribui algum decréscimo das receitas e um agravamento considerável dos custos com pessoal.



UNIÃO MUTUALISTA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO - ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA -

9/10
[Handwritten signatures]

UNIÃO MUTUALISTA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Área Idoso

	Lar Montepio/Jardia		SAD		(Montantes expressos em euros) Centro de Dia	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
RENDIMENTOS E GASTOS						
Vendas e serviços prestados	502.889,94	524.408,31	146.913,48	133.035,68	39.060,77	43.440,79
Subsídios, doações e legados à exploração	368.713,86	286.297,64	382.480,19	345.682,89	29.665,10	28.156,34
Variação nos inventários da produção						
Trabalhos para a própria entidade		-64,00				
Custo das mercadorias vendidas e das mat. consumidas	-171.394,34	-143.886,46	-99.124,35	-108.678,43	-27.426,40	-24.477,10
Fornecimentos e serviços externos	-399.142,71	-310.475,45	-242.312,70	-245.153,68	-41.134,01	-30.670,54
Gastos com o pessoal						
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)						
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)						
Provisões (aumentos/reduções)						
Provisões específicas (aumentos/reduções)						
Outras imparidades (perdas/reversões)						
Aumentos/reduções de justo valor						
Outros rendimentos	30.140,37	39.899,34	4.188,29	5.180,12	976,52	834,75
Outros gastos	-203.952,30	-14.387,10	-1.961,55	-32.734,77	-605,79	-6.642,77
Resultado (antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos)	127.254,82	381.792,28	190.183,36	97.331,81	536,19	10.641,47
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	-131.224,01	-83.222,02	-335,25	-22.005,24	-261,30	-6.181,86
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-3.969,19	298.570,26	189.848,11	75.326,57	274,89	4.459,61
Juros e rendimentos similares obtidos		2,21		1,65		0,30
Juros e gastos similares suportados	-45.662,15	-41.210,31	-33.962,90	-30.667,97	-6.170,87	-5.569,26
Resultado antes de impostos	-49.631,34	257.362,16	155.885,21	44.660,25	-5.895,98	-1.109,35
Imputação dos serviços partilhados	-45.951,92	-158.101,27	-84.706,38	-88.897,72	-12.677,97	-14.208,59
Resultado líquido do período	-95.583,26	99.260,89	71.178,83	-44.237,47	-18.573,95	-15.317,94



B
M
S
T
*

2.2.3 OUTRAS RESPOSTAS SOCIAIS

Centro Comunitário “Mais Cidadão”

O Centro Comunitário, é uma resposta social da UMNSC, que surgiu em 2006, na sequência da intervenção que o PISCA – Projeto de Intervenção Social nos Bairros da Caneira e Esteval vinha a realizar desde 1997 (Projeto de Luta Contra a Pobreza).

A grande complexidade nas situações apresentadas continua a ser significativa, quer pela precariedade económica manifestada pela grande maioria dos agregados quer por outras problemáticas, de onde se destacam os problemas ao nível da saúde mental e as cada vez mais prementes situações de desemprego e endividamento das famílias. O número de propostas de Apoio Económico realizadas foram de 202, e na sua maioria para subsistência dos Agregados Familiares e aquisição de medicação de uso continuado.

No que diz respeito ao desenvolvimento das diferentes atividades de carácter Lúdico e Desportivo, continuou a verificar-se a integração de novos utentes – Adultos, Jovens e Crianças, sendo que se verificou um total de 14 novas integrações por parte dos Adultos e 24 novas inscrições em relação às Crianças e Jovens nas atividades que decorrem durante as pausas letivas.

No quadro abaixo pretende-se demonstrar a evolução de famílias e utentes apoiados entre 2015 e 2017 sendo que no decurso deste documento poder-se-á aferir o motivo do decréscimo verificado, sobretudo na Ação Social.

Ano	Nº de famílias apoiadas (1)	Nº de clientes (2)
2015	374 (AS - 262)	788
2016	483 (AS - 370)	826
2017	384 (AS - 323)	763

(1) AS – Famílias apoiadas em Ação Social. Restantes famílias apoiadas nas áreas: Animação Sócio – Educativa, Cultural e Recreativa, Desporto, Educação para a Saúde e Valorização Pessoal.

(2) Nº Total de Clientes apoiados na globalidade



Casa Abrigo

Integrada na Rede Nacional de Casas de Abrigo da APAV, tem por objeto acolher provisoriamente mulheres vítimas de violência doméstica e os seus filhos bem como promover, durante a permanência na Casa de Abrigo, a aquisição de aptidões pessoais, profissionais e sociais suscetíveis de evitarem eventuais situações de exclusão social e tendo em vista o seu novo projeto de vida.

Durante o ano de 2017 foram acolhidas nesta resposta social, 81 utentes distribuídas da seguinte forma:

- ✓ Número de mulheres acolhidas – 30
- ✓ Número de crianças acolhidas – 51

A média de idades das mulheres situou-se por volta dos 30 anos e a das crianças, dos 6 anos. Na sua maioria, apresentaram baixas habilitações literárias (9 com o 6º ano e 7 com o 9ºano). No entanto, 12 mulheres integraram o mercado de trabalho e 9 requereram a Medida RSI.

Tal como a área do Emprego, a Habitação é fundamental para o processo de autonomização. Porém, os constrangimentos nesta área são difíceis de ultrapassar. Foram realizados, embora sem sucesso, 2 pedidos de habitação ao IRHU e as restantes autonomizações fizeram-se com recurso ao arrendamento privado.

No âmbito da Subvenção para Autonomização (verba atribuída pela Comissão para a Igualdade de Género) foram apoiadas 2 utentes.

Um outro constrangimento sentido, prendeu-se com a dificuldade de integração de crianças em equipamentos de infância, nomeadamente, as crianças com idades que correspondem à valência de Creche (7 crianças não integradas), obrigando as mães a procurar na comunidade outro tipo de alternativas como, por exemplo, as amas particulares.

Em termos de acolhimentos, foi um ano atípico uma vez que houve um número elevado de curta duração, o que em termos de funcionamento e dinâmica da Casa levantou algumas dificuldades na organização quotidiana.

O projeto “A escola vai à casa abrigo”, parceria entre a Secretaria de Estado para a Igualdade e Cidadania e o Ministério da Educação, decorreu durante o ano letivo de 2016/2017 e foram abrangidas 15 mulheres.



UNIÃO MUTUALISTA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO
- ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA -

Handwritten signatures and initials in the top right corner.

Economicamente o desempenho destas valências foi no global positivo, com destaque para o Centro Comunitário a registar resultado positivo e acima dos 86 mil euros, o que tem sido uma constante no tempo. Já a Casa Abrigo viu degradarem-se os seus resultados para um negativo 10.834, consubstanciado no agravamento dos custos com pessoal, apesar de um acréscimo da receita em 3%.



UNIÃO MUTUALISTA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO
- ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA -

UNIÃO MUTUALISTA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
Outras Respostas Sociais

	<i>Centro Comunitário</i>		<i>Casa Abrigo</i>	
	2017	2016	2017	2016
RENDIMENTOS E GASTOS				
Vendas e serviços prestados	262.437,69	247.617,72	199.514,70	193.576,33
Subsídios, doações e legados à exploração				
Variação nos inventários da produção				
Trabalhos para a própria entidade				
Custo das mercadorias vendidas e das mat. consumidas				
Fornecimentos e serviços externos	-14.273,64	-17.313,82	-47.282,15	-46.450,15
Gastos com o pessoal	-101.802,84	-86.737,34	-117.695,30	-94.107,62
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)				
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)				
Provisões (aumentos/reduções)				
Provisões específicas (aumentos/reduções)				
Outras imparidades (perdas/reversões)				
Aumentos/reduções de justo valor				
Outros rendimentos	685,03	1.743,77	2.097,61	715,13
Outros gastos	-2.617,34	-2.195,91	-1.600,99	-2.467,68
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	144.428,90	143.114,42	35.033,87	51.266,01
Resultado (antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos)	-63,44	-449,57	-802,18	-624,36
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	144.365,46	142.664,85	34.231,69	50.641,65
Juros e rendimentos similares obtidos		0,84		0,63
Juros e gastos similares suportados	-15.021,29	-12.484,21	-11.387,39	-9.366,74
Resultado antes de impostos	129.344,17	130.181,48	22.844,30	41.275,54
Imputação dos serviços partilhados	-42.974,77	-46.003,48	-33.678,66	-36.422,83
Resultado líquido do período	86.369,40	84.178,00	-10.834,36	4.852,71



Handwritten signatures and initials in the top right corner, including a large 'S' and various scribbles.

2.3 Higiene Segurança e Saúde no Trabalho

Face a maiores exigências por parte da Autoridade para as condições de Trabalho, e perante uma auditoria tão extensa como exigente por parte deste organismo, a U Mutualista, tudo fez para se adaptar às novas exigências, contudo ainda se mostram insuficientes.

Por outro lado, feita uma análise mais detalhada da sua carteira de clientes nesta vertente, verifica-se uma considerável exposição a atividades de risco, expl, construção, cuja complexidade, exigências versus grau de sinistralidade levou a que a U Mutualista tenha iniciado um processo de reflexão de como estar ou de continuidade nesta atividade, tanto mais que a mesma tem vindo a refletir sucessivos resultados negativos.



UNIÃO MUTUALISTA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO
- ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA -

UNIÃO MUTUALISTA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
SEGURANÇA, HIGIENE E SAÚDE NO TRABALHO

	<i>(Montantes expressos em euros)</i>	
	2017	2016
RENDIMENTOS E GASTOS		
Vendas e serviços prestados	100.020,17	85.742,82
Subsídios, doações e legados à exploração	4.000,00	14,19
Variação nos inventários da produção		
Trabalhos para a própria entidade		
Custo das mercadorias vendidas e das mat. consumidas		
Fornecimentos e serviços externos	-58.505,29	-45.601,13
Gastos com o pessoal	-48.882,03	-62.931,46
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		
Provisões (aumentos/reduções)		
Provisões específicas (aumentos/reduções)		
Outras imparidades (perdas/reversões)		
Aumentos/reduções de justo valor		
Outros rendimentos	163,37	779,49
Outros gastos	-1.116,98	-1.195,35
Resultado (antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos)	-4.320,76	-23.191,44
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	0,00	-2.366,58
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-4.320,76	-25.558,02
Juros e rendimentos similares obtidos		0,35
Juros e gastos similares suportados	-6.277,97	-5.291,11
Resultado antes de impostos	-10.598,73	-30.848,78
Imputação dos serviços partilhados	-9.516,23	-11.040,26
Resultado líquido do período	-20.114,96	-41.889,04



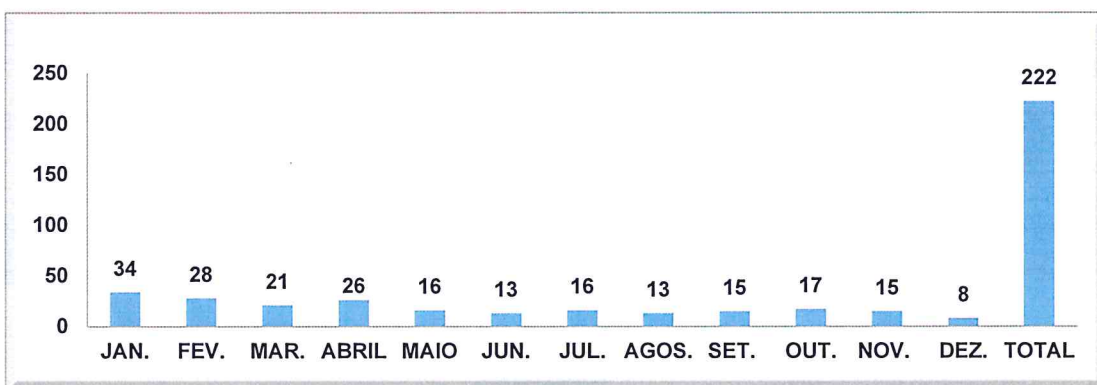
[Handwritten signatures and initials]

2.4 Fundos

A evolução do número de entradas e saídas de associados durante o ano de 2017 está expressa nos mapas que se seguem.

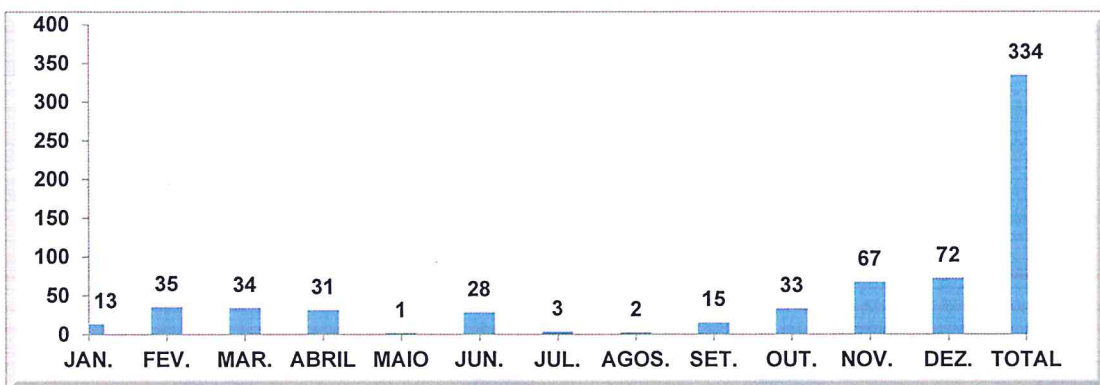
Há a assinalar um registo mais elevado de entrada de sócios nos quatro primeiros meses do ano. Os restantes meses mantiveram um equilíbrio, à exceção do mês de dezembro.

ENTRADA DE NOVOS ASSOCIADOS 2017



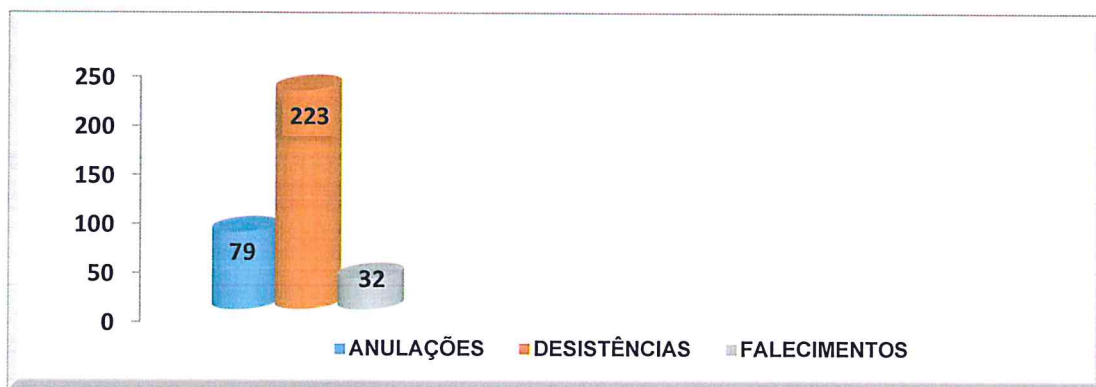
O número de saídas de sócios foi mais acentuado nos dois últimos meses do ano, altura em que ocorreu o maior número de anulações, essencialmente por atraso de pagamento da quotização.

SAÍDA DE ASSOCIADOS 2017





MOTIVO DA SAÍDA DE ASSOCIADOS 2017



Comparativamente ao ano 2016, o total de associados no final do ano de 2017 foi de menos 113 associados tal como evidencia o gráfico abaixo.



Foram registadas quotizações na ordem dos 160.568,35 €, gerando um resultado negativo de 2 mil contra os cerca de 30 mil positivos obtidos em período homólogo anterior, já que os apoios concedidos a associados se cifraram nos 110.165,62 €, dos quais 105.504,92, 95,76% em custos na assistência medicamentosa, com um acréscimo relativamente a 2016 de 41%.



UNIÃO MUTUALISTA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO
- ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA -

UNIÃO MUTUALISTA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
FUNDOS

	2017	2016
	<i>(Montantes expressos em euros)</i>	
RENDIMENTOS E GASTOS		
Vendas e serviços prestados	160.568,35	163.676,77
Subsídios, doações e legados à exploração		
Variação nos inventários da produção		
Trabalhos para a própria entidade		
Custo das mercadorias vendidas e das mat. consumidas		
Fornecimentos e serviços externos		
Gastos com o pessoal	-11.724,65	-17.216,03
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)	-18.683,87	-18.404,78
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		
Provisões (aumentos/reduções)		
Provisões específicas (aumentos/reduções)		
Outras imparidades (perdas/reversões)		
Aumentos/reduções de justo valor		
Outros rendimentos	84,00	345,05
Outros gastos	-113.561,66	-82.017,17
Resultado (antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos)	16.682,17	46.383,84
Gastos / reversões de depreciação e de amortização		
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	16.682,17	46.383,84
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros e gastos similares suportados	-622,69	-346,30
Imputação dos serviços partilhados	16.059,48	46.037,54
	-18.080,64	-16.065,39
	-2.021,16	29.972,15



3. RECURSOS HUMANOS

Para uma prestação de serviços com Qualidade e nesta área tão particular, a UMNSC, tem vindo a facultar e incentivar a qualificação dos seus Recursos Humanos, constituindo em si uma prioridade, tendo para o efeito sido elaborado um Plano Formativo assente no diagnóstico de necessidades das equipas, algumas multidisciplinares.

A valorização através da formação implicou uma relevante adesão na participação de diversas ações desde, Segurança e Higiene no trabalho, Proteção de Pessoas e Bens, Farmácia, Enfermagem, Trabalho Social e Orientação Terapia e Reabilitação, Contabilidade e Fiscalidade, tonando-se transversal a toda a Instituição.

No final de 2017 o Quadro de pessoal ascendia a 260 funcionários, dos quais, 216 ao serviço, e face a período homólogo uma redução de 15 efetivos, devido a saídas por mútuo acordo e término de contratos inerentes ao aumento de capacidade instalada para a Unidade de Cuidados Continuados, que malogrou decorridos 10 meses.

Desta breve análise não podemos deixar de realçar que o forte absentismo, mesmo que justificado, não deixa de trazer fortes constrangimentos à Instituição, requer tomada de decisão num futuro próximo.



9/10
MNSC
S
MNSC
MNSC

NOTAS FINAIS

A Entidade mantinha nos seus ativos não correntes o montante de cerca de 1.968 Mil Euros de ativos que não satisfaziam os requisitos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCFR-ESNL). No final do exercício procedeu-se à regularização desta situação afetando a rúbrica de resultados transitados, uma vez que estas situações foram originadas em Administrações anteriores.

Os imóveis da Entidade estão registados ao justo valor, razão pela qual e no enquadramento da NCFR-ESNL se procedeu ao necessário estudo de imparidade, tendo o mesmo sido efetuado por entidade externa e devidamente qualificada. Com suporte no referido estudo os ativos líquidos e os fundos próprios foram incrementados em cerca de 1.596 Mil Euros.

No sentido de viabilizar a sua atividade a UMNSC assinou um Processo Especial de Revitalização (PER) que foi decretado por sentença Judicial do Tribunal da Comarca do Barreiro e homologado em 27/12/2017. Estão incluídas no PER dívidas à banca, à segurança social, ao pessoal e a fornecedores comuns num total aproximado de 9.500 Mil Euros (cerca de 82% dos passivos a 31/12/2017), que serão liquidados aos respetivos credores durante os próximos 25 anos.

Período tempestuoso sim, mas também de tomadas de decisão assertivas, consensuais, com vista à definição de estratégia global, que conduza a um virar de página definitivo, em que a Solidariedade e Ação Social constituem alicerce inabaláveis, e em que o limite foi e será sempre o Honrar do Compromissos.



UNIÃO MUTUALISTA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO
- ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA -

Num Quadro de tão Relevantes Exigências, o Agradecimento a Todos os Parceiros Sociais, Funcionários e Associados, pela forma, desempenho e contribuição dadas ao longo de mais um ano de caminhada conjunta.

Assim, a UMNSC, e a propósito do desempenho, deixa um apelo à colaboração entre todas as estruturas melhor identificadas no Organograma apresentado no início deste Relatório, bem como as mais-valias resultantes dessas sinergias que conduzirão certamente esta Instituição, mais que Centenária, a um Patamar onde impera o Rigor a Qualidade a Abnegação e Entrega Total a uma causa tão Justa e Humana., em que o Limite só poderá ser a Excelência.

Montijo, 19 de Abril de 2018

O conselho de Administração

Jair José Pinho Neto
Patrícia Soares da Silva
Haroldo de Azevedo
~~Assinatura~~
J. Luís Gonçalves



UNIÃO MUTUALISTA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO
- ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA -

[Handwritten signatures]

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXO

31 de Dezembro de 2017



UNIÃO MUTUALISTA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO
- ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA -

Handwritten signatures and initials in the top right corner.

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Montantes expressos em euros)

Ativo	Notas	2017	2016
Ativo não corrente:			
Ativos fixos tangíveis	4	8.916.816,79	7.660.761,65
Bens do património histórico, artístico e cultural	4	11.048,51	11.048,51
Ativos intangíveis	5	45.472,31	66.553,28
Investimentos financeiros		20.475,00	20.475,00
Total do Ativo não corrente		8.993.812,61	7.758.838,44
Ativo Corrente:			
Inventários	7	93.894,61	67.309,03
Créditos a receber	10	743.936,53	381.731,62
Estado e outros entes públicos	14.3	487,48	1.040,74
Diferimentos	14.1	3.272,83	56.777,25
Outros ativos correntes		22.148,00	530.661,19
Caixa e depósitos bancários	14.2	13.897,05	48.312,99
Total do Ativo corrente		877.636,50	1.085.832,82
Total do Ativo		9.871.449,11	8.844.671,26
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais:			
Reservas		2.123.154,32	2.123.154,32
Resultados transitados		-7.024.648,78	-5.849.964,76
Excedentes de revalorização		1.596.435,54	
Ajustamentos/Outras variações nos fundos próprios		1.935.408,30	1.958.683,86
Resultado líquido do período		-287.764,85	-109.746,69
Total dos fundos patrimoniais		-1.657.415,47	-1.877.873,27
Passivo:			
Passivo não corrente:			
Financiamentos obtidos	6.2	5.839.186,70	5.414.358,90
Outras dívidas a pagar	10	3.542.984,83	2.366.000,56
Total do passivo não corrente		9.382.171,53	7.780.359,46
Passivo Corrente:			
Fornecedores	10	209.280,50	997.180,89
Estado e outros entes públicos	14.3	146.131,77	206.497,54
Financiamentos obtidos	6.2	158.799,07	675.418,09
Diferimentos	14.1	30.703,29	31.385,65
Outros passivos correntes	10	1.601.778,42	1.031.702,90
Total do passivo corrente		2.146.693,05	2.942.185,07
Total do passivo		11.528.864,58	10.722.544,53
Total do capital próprio e do passivo		9.871.449,11	8.844.671,26

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2017

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração



UNIÃO MUTUALISTA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO
- ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA -

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2017	2016
Vendas e serviços prestados	8	4.354.932,43	4.136.221,53
Subsídios, doações e legados à exploração	9	2.729.417,30	2.554.464,75
Custo das mercadorias vendidas e das mat. consumidas	7	-854.931,20	-855.268,30
Fornecimentos e serviços externos	14.4	-1.847.615,80	-1.645.442,95
Gastos com o pessoal	11	-3.825.682,46	-3.529.752,84
Outros rendimentos	14.5	122.500,78	145.458,64
Outros gastos	14.6	-207.339,12	-229.856,11
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		471.281,93	575.824,72
Gastos / reversões de depreciação e de amortização		-395.583,44	-359.982,03
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		75.698,49	215.842,69
Juros e rendimentos similares obtidos	14.7		17,85
Juros e gastos similares suportados	6 / 14.7	-363.463,34	-325.607,23
Resultado antes de impostos		-287.764,85	-109.746,69
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		-287.764,85	-109.746,69

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2017

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração



UNIÃO MUTUALISTA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO - ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA -

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS PARA OS PERÍODOS DE 2016 DE 2016 (Montantes expressos em euros)

	Notas	Fundos patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe			
		Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos/ Outras var. nos Fundos	Resultado líquido do período
Posição no início do período 2016		2.123.154	(3.890.772)	1.984.580	11.236
Alterações no período:					
Reexpressão retrospectiva de alterações de exercícios anteriores			(1.968.094)		
Aplicação do resultado líquido do exercício 2015			11.236		(11.236)
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais			(2.334)	(25.896)	
		-	(1.959.193)	(25.896)	(11.236)
					(1.996.325)
Resultado líquido do período					(109.747)
Resultado integral					-
Posição no fim do período 2016		2.123.154	(5.849.965)	1.958.684	(109.747)
Posição no início do período 2017		2.123.154	(5.849.965)	1.958.684	(109.747)
Alterações no período:					
Aplicação do resultado líquido do exercício 2016			(109.747)		109.747
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais			(1.064.937)	(23.276)	
		-	(1.174.684)	(23.276)	109.747
					508.223
Resultado líquido do período					(267.765)
Resultado integral					-
Posição no fim do período 2017		2.123.154	(7.024.649)	1.935.408	(267.765)

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração



UNIÃO MUTUALISTA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO - ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA -

Handwritten signatures and initials in the top right corner.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016 (Montantes expressos em euros)

	2017	2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:		
Recebimentos de clientes e utentes	4.638.201	4.060.416
Pagamentos a fornecedores	(2.779.953)	(2.260.272)
Pagamentos ao pessoal	(4.364.728)	(3.464.629)
Caixa gerada pelas operações	(2.506.480)	(1.664.485)
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		
Outros recebimentos / pagamentos	(29.986)	(265.972)
Fluxos das atividades operacionais [1]	(2.536.466)	(1.930.457)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	(15.163)	(321.005)
Ativos intangíveis	(1.882)	(62.113)
Investimentos financeiros		
Outros Ativos	(17.045)	(383.118)
Recebimentos provenientes de:		
Juros e rendimentos similares		18
Dividendos	-	18
Fluxos das atividades de investimento [2]	(17.045)	(383.100)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	60.812	331.790
Doações (subsídios à exploração)	2.729.417	2.554.465
Outras operações de financiamento	2.790.230	2.886.255
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	(63.682)	(230.601)
Juros e gastos similares	(188.029)	(325.607)
Outras operações de financiamento	(251.712)	(556.208)
Fluxos das atividades de financiamento [3]	2.538.518	2.330.047
Varição de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]	(14.993)	16.490
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	28.890	12.400
Caixa e seus equivalentes no fim do período	13.897	28.890

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração



Handwritten signatures and initials in the top right corner.

ANEXO

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A União Mutualista Nossa Senhora da Conceição é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Associação Mutualista, com estatutos publicados no Diário da República n.º 127, Série II, de 2 Junho de 2010, com sede na Rua do Hospital n.º 1. 1.º Dto., em Montijo, com o NIF n.º 501 103 457.

Tem como actividade principal “outras actividades de apoio social sem alojamento n.e.” (CAE 88990) e actividade secundária “comércio a retalho de produtos farmacêuticos, Estabelecimentos especiais” (CAE 47730). Os seus objectivos são desenvolver programas e acções de protecção e apoio nas áreas da segurança social e da saúde e contribuir para a promoção da cultura e a melhoria da qualidade de vida da população e, em particular, dos seus associados e respectivas famílias.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 2017 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) em vigor em Portugal nos termos do Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de Julho, republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de Junho, o qual é composto pelas Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo, homologadas pelo Aviso 8259/2015, de 16 de Julho de 2015.



Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

2.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

2.1.1 Continuidade:

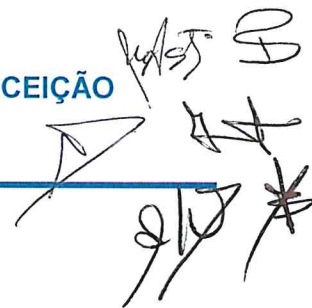
Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da actividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

2.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transacções e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respectivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

2.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.



2.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afectada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

2.1.5 Compensação

Devido à importância dos activos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

2.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afectadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

2.2 Derrogação nos termos das normas SNC – ESNL em exercícios anteriores

No exercício de 2017 a entidade efectuou os seguintes movimentos nas contas de balanço, em virtude da derrogação das normas em exercícios anteriores:



UNIÃO MUTUALISTA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO
- ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA -

Handwritten signatures and initials in the top right corner.

Ativo	BALANÇO			
	Notas	2016	AJUSTAMENTOS 2016 REEXPRESSADO	
Ativo não corrente:				
Ativos fixos tangíveis		8.235.761,65	-575.000,00	7.660.761,65
Bens do património histórico, artístico e cultural		11.048,51		11.048,51
Ativos intangíveis		1.416.460,27	-1.349.906,99	66.553,28
Investimentos financeiros		63.662,32	-43.187,32	20.475,00
Fundadores/Patrocinadores/Associados/Membros/Doadores				
Outros créditos e ativos não correntes				
Total do Ativo não corrente		9.726.932,75	-1.968.094,31	7.758.838,44
Ativo Corrente:				
Inventários		67.309,03		67.309,03
Créditos a receber		381.731,62		381.731,62
Estado e outros entes públicos		1.040,74		1.040,74
Fundadores/Patrocinadores/Associados/Membros/Doadores				
Diferimentos		56.777,25		56.777,25
Outros ativos correntes		530.661,19		530.661,19
Caixa e depósitos bancários		48.312,99		48.312,99
Total do Ativo corrente		1.085.832,82		1.085.832,82
	Total do Ativo	10.812.765,57		8.844.671,26
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO				
Fundos Patrimoniais:				
Fundos				
Excedentes técnicos				
Reservas		2.123.154,32		2.123.154,32
Resultados transitados		-3.881.870,45	-1.968.094,31	-5.849.964,76
Excedentes de revalorização				
Ajustamentos/Outras variações nos fundos próprios		1.958.683,86		1.958.683,86
Resultado líquido do período		-109.746,69		-109.746,69
Interesses que não controlam				
Total dos fundos patrimoniais		90.221,04	-1.968.094,31	-1.877.873,27
Passivo:				
Passivo não corrente:				
Provisões				
Provisões específicas				
Financiamentos obtidos		5.414.358,90		5.414.358,90
Outras dívidas a pagar		2.366.000,56		2.366.000,56
Total do passivo não corrente		7.780.359,46		7.780.359,46
Passivo Corrente:				
Fornecedores		997.180,89		997.180,89
Estado e outros entes públicos		206.497,54		206.497,54
Fundadores/Patrocinadores/Associados/Membros/Doadores				
Financiamentos obtidos		675.418,09		675.418,09
Diferimentos		31.385,65		31.385,65
Outros passivos correntes		1.031.702,90		1.031.702,90
Total do passivo corrente		2.942.185,07		2.942.185,07
	Total do passivo	10.722.544,53		10.722.544,53
	Total do capital próprio e do passivo	10.812.765,57		8.844.671,26



(uA) B
M
A
*

3. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS:

As demonstrações financeiras, compreendendo o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos próprios, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade das operações da Entidade e no regime de acréscimo.

Verificaram-se diversas alterações nas estimativas contabilísticas e erros, que foram contabilizadas em Resultados Transitados.

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

a) Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2009 (data de transição para o SNC) encontram-se registados ao custo de aquisição, ou ao custo de aquisição reavaliado com base em índices de preços nos termos da legislação em vigor, deduzidos das correspondentes depreciações acumuladas.

Os terrenos e edifícios, são mensurados ao justo valor com base em avaliações periódicas, pelo menos trianuais, efectuadas por avaliadores externos e independentes e profissionalmente qualificados, líquidos de depreciações subsequentes para os edifícios. A depreciação acumulada à data da reavaliação é eliminada do valor bruto do activo, passando o valor líquido a reflectir o valor de reavaliação.



[Handwritten signatures and initials]

Os aumentos resultantes da reavaliação de terrenos e edifícios são registados por contrapartida de capitais próprios na rubrica de excedentes de revalorização. As diminuições por reajustamentos de reavaliações anteriores dos mesmos activos são igualmente levadas a capitais próprios até à concorrência dos respectivos aumentos, as diminuições remanescentes são reconhecidas na demonstração dos resultados como gastos do exercício.

Os custos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do bem ou reconhecidos como activos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos futuros fluirão para a empresa e o custo possa ser mensurado com fiabilidade. Os custos com manutenção e reparações são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

Quando os activos revalorizados são alienados, o montante que se encontra reconhecido em excedentes de revalorização é transferido para resultados transitados.

Anualmente a diferença entre a depreciação baseada na quantia escriturada reavaliada do activo levada a gastos do período e a depreciação baseada no custo original do activo é transferida dos excedentes de revalorização para resultados transitados.

Os terrenos não são sujeitos a depreciação. Os demais activos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que se encontram em condições de serem utilizados. As depreciações são calculadas pelo método da linha recta com imputação dos gastos por duodécimos, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

<u>Designação</u>	<u>Anos</u>
Edifícios	50
Equipamento básico	3 a 7
Equipamento de transporte	4
Ferramentas e utensílios	4
Equipamento administrativo	4 a 8



[Handwritten signatures and initials in the top right corner.]

As vidas úteis e o método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Os dispêndios subsequentes, tais como, despesas de manutenção e reparação que não são susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que ocorrem. Os gastos com inspecções importantes são incluídos na quantia escriturada do activo sempre que se perspetive que este origine benefícios económicos futuros adicionais.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou abate de imobilizado são reconhecidas na demonstração dos resultados como rendimentos ou gastos do exercício em que ocorrem. Quando se trata de activos revalorizados o montante incluído em excedentes de revalorização é transferido para a rubrica de resultados transitados.

b) Bens do património histórico e cultural

Os bens do património histórico e cultural foram doados à entidade e encontram-se valorizados pelo justo valor. As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “variações nos fundos patrimoniais”.

Estes bens têm uma vida útil indefinida e não são objecto de depreciação. No entanto a Entidade tem em conta a capacidade de permitir actividades presentes e futuras e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

c) Activos intangíveis

A Entidade apenas reconhece um activo intangível no seu balanço quando e só quando se trata de um recurso controlado, quando o dispêndio origina benefícios económicos futuros para a Entidade e quando o custo do activo pode ser mensurado com fiabilidade. Não é permitida a adopção do modelo de revalorização para activos intangíveis.



Os activos intangíveis gerados internamente são levados directamente a gastos do período, excepto quando se trata de despesas de desenvolvimento cuja viabilidade técnica e económica se encontre assegurada, existam estudos de mercado que demonstrem a aceitação do produto e a Entidade pretenda lançar o produto no mercado.

Os activos intangíveis adquiridos são reconhecidos pelo seu custo, líquido das amortizações acumuladas (apenas para os activos intangíveis com vida útil finita) e das perdas por imparidade acumuladas.

Os restantes activos intangíveis cujas vidas úteis sejam finitas são apresentadas ao custo histórico menos amortizações acumuladas e perdas por imparidade. As amortizações são calculadas através do método da linha recta de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

<u>Designação</u>	<u>Anos</u>
Marcas e licenças	15 a 20
Licenças de software	3

As vidas úteis e o método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou retirada dos activos intangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação ou de abate, sendo registadas na demonstração dos resultados como "Outros rendimentos e ganhos", ou "Outros gastos e perdas".

d) Inventários

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo são valorizadas ao mais baixo, do valor do custo ou do seu valor realizável líquido. Sempre que o valor realizável líquido seja inferior ao valor do custo,



[Handwritten signatures and initials]

designadamente devido à diminuição da cotação do mercado, da deterioração ou obsolescência, da subida dos custos de acabamento ou dos necessários para realizar a venda, ou ainda, do valor recuperável pelo uso na conversão em produtos acabados cuja cotação no mercado tenha sido reduzida, justifica-se o reconhecimento de imparidades nos períodos em que as necessidades de ajustamento são constatadas, utilizando o custo de reposição como referencial.

A Entidade utiliza como forma de custeio para apurar o custo das **mercadorias vendidas e/ou consumidas o “FIFO”**. Para as matérias-primas, subsidiárias e de consumo a forma de custeio para apurar o custo das mesmas é o “FIFO”.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando existem indícios de que as perdas de imparidade já não se justificam ou diminuíram, sendo expressa na demonstração dos resultados como “Imparidade de inventários (perdas/reversões)”. Contudo, a reversão só é efectuada até ao limite da quantia das perdas por imparidade acumuladas antes reconhecidas.

Os gastos relativos aos inventários vendidos são registados no mesmo período de reporte em que o rédito é reconhecido.

A Entidade utiliza o regime do inventário permanente, de acordo com o disposto no n.º 1 do art.º 12.º do Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho

Os custos dos inventários não incorporam custos com empréstimos obtidos.

e) Instrumentos financeiros

Os activos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Entidade se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

i) Contas a receber

As dívidas de clientes e de outros terceiros encontram-se registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade, de forma a reflectir o seu valor realizável líquido.



[Handwritten signatures and initials]

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem objectivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal a Entidade tem em consideração a informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos. No caso de disponibilidade de informação judicial que prove a existência de ameaças à continuidade das operações do devedor ou à capacidade de satisfazer os seus compromissos ou ainda, a partir do momento em que a Entidade tenha em curso acção judicial com vista à cobrança dos seus créditos, são reconhecidas perdas por imparidade correspondentes à totalidade do crédito, deduzido, eventualmente, do valor sobre o imposto acrescentado recuperar e do montante coberto por seguro de crédito, se existir.

As perdas por imparidade são ajustadas em função da evolução das contas correntes, designadamente no que respeita ao detalhe das operações que a integram, sendo que os reforços são reconhecidos como gastos do período, as reversões, decorrentes da cessação total ou parcial do risco, nos rendimentos e as utilizações, para cobertura da perda efectiva do crédito, deduzidas directamente nas contas correntes.

ii) Caixa e seus equivalentes

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem e a prazo e a outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de 3 meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

iii) Contas a pagar

As contas a pagar encontram-se registadas pelo seu valor nominal, descontado de eventuais juros calculados e reconhecidos de acordo com o método da taxa de juro efectiva. O seu desreconhecimento só ocorre



Handwritten signatures and initials, including 'A', 'B', 'C', 'D', 'E', 'F', 'G', 'H', 'I', 'J', 'K', 'L', 'M', 'N', 'O', 'P', 'Q', 'R', 'S', 'T', 'U', 'V', 'W', 'X', 'Y', 'Z', and various symbols.

quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

iv) Empréstimos obtidos

Os empréstimos são registados no passivo ao custo ou custo amortizado (usando o método do juro efectivo), deduzido dos custos de transacção que sejam directamente atribuíveis à emissão desses passivos, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, consoante o seu vencimento ocorra a menos ou a mais de um ano, respectivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são calculados de acordo com a taxa de juro efectiva e contabilizados na demonstração dos resultados do período de acordo com o regime do acréscimo.

v) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual da transacção, independentemente da forma legal que assumem.

Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual de a sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou outro activo financeiro. Os passivos financeiros são registados inicialmente ao custo, deduzido dos custos de transacção incorridos, e, subsequentemente, ao custo amortizado, com base no método do juro efectivo.



[Handwritten signatures and initials]

f) Provisões, passivos contingentes e activos contingentes

São reconhecidas provisões apenas quando a Entidade tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, e é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas em cada data de relato e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões.

É reconhecida uma provisão para reestruturação quando a Entidade desenvolveu um plano formal detalhado de reestruturação e iniciou a implementação do mesmo ou anunciou as suas principais componentes aos afectados pelo mesmo. Na mensuração da provisão para reestruturação são apenas considerados os dispêndios que resultam directamente da implementação do correspondente plano, não estando, consequentemente, relacionados com as actividades correntes da Entidade.

Os passivos contingentes não são definidos pela Entidade como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade um exfluxo de recursos.

Os activos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de



[Handwritten signatures and initials]

benefícios económicos. A Entidade não reconhece activos contingentes no balanço, procedendo apenas à sua divulgação no anexo se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar forem prováveis. Quando a sua realização for virtualmente certa, então o activo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

g) Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transfiram substancialmente todos os riscos e recompensas associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Nas locações financeiras, o valor dos bens é registado no balanço como activo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo, na rubrica “Financiamentos obtidos” e os juros incluídos no valor dos pagamentos mínimos e a depreciação do activo são registados como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações operacionais, os pagamentos mínimos são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados, numa base linear, durante o período do contrato de locação.

h) Custos de empréstimos obtidos

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime do acréscimo, excepto nos casos em que estes sejam directamente reconhecidos nos custos de aquisição, construção ou produção de um activo cujo período de tempo para ficar pronto para o uso pretendido seja substancial, caso em que são capitalizados até ao momento em que todas as actividades necessárias para preparar o activo elegível para uso ou venda estejam concluídas.



Handwritten signatures and initials, including 'MA', 'AS', and 'B'.

i) Imposto sobre o rendimento

A Instituição está isenta de IRC, nos termos do n.º 1 do artigo 10.º do CIRC, excepto quanto aos rendimentos empresariais derivados do exercício das actividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, os quais ficam sujeitos a IRC.

Aos lucros fiscais apurados pelos rendimentos empresariais são deduzidos os eventuais reportes de prejuízos até ao limite de 70% do lucro tributável do exercício e são sujeitos a tributação à taxa normal de 21% (n.º 5 do artigo 87.º do CIRC), que pode ser incrementada pela aplicação da Derrama á taxa máxima de 1,5 %.

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas a Entidade encontra-se sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos a taxas que variam entre os 5% e os 70%, caso exista lucro tributável no exercício, ou entre 15% e 80% nos casos em que se verifica prejuízo fiscal no exercício.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2014 a 2017 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

j) Especialização dos exercícios

As transacções são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas de acordo com o regime do acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas “Outras contas a receber e a pagar” e “Diferimentos”.



[Handwritten signatures and initials]

k) Subsídios e outros apoios

Os subsídios, incluindo os subsídios não monetários, apenas são reconhecidos quando exista uma segurança de que a Entidade irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios relacionados com rendimentos (por exemplo, para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar deficits de exploração ou no âmbito de programas de formação profissional), são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica de “Subsídios à exploração”, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se tornem recebíveis num período posterior, onde serão rendimentos desse período.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com activos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados. No caso de o subsídio estar relacionado com activos não depreciables e intangíveis com vida útil indefinida, são mantidos nos capitais próprios excepto se a respectiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Os subsídios que se tornem reembolsáveis devem ser contabilizados como uma revisão de uma estimativa contabilística, nos termos da norma sobre Políticas Contabilísticas, Alterações em Estimativas Contabilísticas e Erros.

l) Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, complementos de trabalho nocturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade e assiduidade, subsídios de refeição, de férias e de natal, abonos para falhas e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão. Para além disso são ainda incluídas as contribuições para a



Handwritten signatures and initials in the top right corner.

segurança social, os gastos com seguros de acidentes de trabalho e outros gastos de acção social. Incluem ainda eventuais participações nos lucros e gratificações, desde que o seu pagamento venha a decorrer dentro dos 12 meses seguintes à data do balanço.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o respectivo pagamento.

Resulta da legislação laboral em vigor que o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de Dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Embora nos últimos períodos a Entidade tenha vindo a atribuir gratificações e uma participação nos lucros aos trabalhadores, directores e gerentes, não existe, apesar disso, uma obrigação construtiva nem uma fórmula objectiva que permita quantificar quer o montante global quer a sua distribuição pelos empregados. No entanto as propostas de aplicação dos resultados apresentadas pelo órgão de gestão designadamente no que diz respeito aos benefícios dos empregados têm sido aprovadas sem alterações pela Assembleia Geral, pelo que na disponibilidade desta à data de elaboração das demonstrações financeiras, o respectivo valor é reconhecido à data do balanço como um benefício dos empregados e, conseqüentemente, como um gasto no período ao qual se reportam.

Os benefícios decorrentes de cessação do emprego, quer por decisão da Entidade quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gasto no período em que ocorrem.

m) Rédito

O rédito relativo a vendas, prestação de serviços, juros, royalties e dividendos, decorrentes da actividade ordinária da Entidade, é reconhecido pelo seu justo valor, entendendo-se como tal o que é livremente fixado entre as partes contratantes numa base de



(Handwritten signatures and initials)

independência, sendo que, relativamente às vendas e prestações de serviços, o justo valor reflecte eventuais descontos concedidos e não inclui quaisquer impostos liquidados nas facturas.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A Entidade não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a Entidade;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transacção podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transacção à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a Entidade;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transacção podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transacção à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efectivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Entidade e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade. Os royalties são reconhecidos de acordo com o regime do acréscimo, segundo o acordo estabelecido.



[Handwritten signatures and initials]

O rédito proveniente de dividendos é reconhecido como ganho na demonstração dos resultados do período em que é decidida a sua atribuição.

n) Acontecimentos após a data do balanço

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“adjusting events”) são reflectidos nas demonstrações financeiras.

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (“non adjusting events”) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

3.2 Juízos de valor efectuados pelo órgão de gestão no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras:

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efectuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afectam as quantias relatadas de activos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período. Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017, ocorreram alterações de políticas contabilísticas relevantes, relativamente às utilizadas na preparação e apresentação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2016, e foram reconhecidos erros materiais relativos a períodos anteriores. Exceptuam-se as alterações mencionadas na (Nota 2).

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transacções em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em



Handwritten signatures and initials in the top right corner, including a large 'S' and various scribbles.

períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transacções em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efectuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

3.3 Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade, mantidos de acordo com princípios contabilísticos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL).

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afectem o valor dos activos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.4 Principais fontes de incerteza

As estimativas de valores futuros que se justificaram, reconhecer nas demonstrações financeiras reflectem a evolução previsível da Entidade no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face a acontecimentos passados e a situações equivalentes de outras Entidades do sector, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa por em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos activos e passivos no próximo período.



Handwritten signatures and initials in the top right corner.

4. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Ativos Fixos Tangíveis

Descrição	Saldo em 01-01-2017	Aquisições/ Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-12-2017
Custo						
Terrenos e recursos naturais	675 744,64					675 744,64
Edifícios e outras construções	9 964 882,85			0,00	3 750 104,49	13 714 987,34
Equipamento básico	3 201 160,34	45 322,48	-33 333,00			3 213 149,82
Equipamento de transporte	274 357,40			1 999,96		276 357,36
Equipamento administrativo	862 779,44	3 634,20				866 413,64
Outros Ativos fixos tangíveis	122 232,42	11 048,51				133 280,93
Propriedades de investimento	102 200,00				10 301,88	112 501,88
Outros Ativos fixos tangíveis em curso	14 170,65	28 477,56		0,00		42 648,21
Total	15 217 527,74	88 482,75	-33 333,00	1 999,96	3 760 406,37	19 035 083,82
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	3 933 440,95	231 599,37		7 372,80	2 162 768,95	6 335 182,07
Equipamento básico	2 506 717,16	110 302,68	-5 354,94	17 521,39	0,00	2 629 186,29
Equipamento de transporte	249 910,66	4 707,28				254 617,94
Equipamento administrativo	816 304,95	17 379,15				833 684,10
Propriedades de investimento	7 540,00	1 560,00			1 201,88	10 301,88
Outros Ativos fixos tangíveis	42 852,37	1 393,87				44 246,24
Total	7 556 766,09	366 942,35	-5 354,94	24 894,19	2 163 970,83	10 107 218,52

Os edifícios e outras construções estão valorizados ao justo valor e foram objecto de testes de imparidade realizados em Dezembro de 2017. Assim com base nos estudos de avaliação executados por uma entidade externa e competente todos os imóveis da Entidade foram revalorizados em 31 de Dezembro de 2017, tendo sido registado um impacto nos activos líquidos e nos fundos próprios da Entidade de cerca de 1.600 Mil Euros.



[Handwritten signatures and initials]

Bens do património histórico, artístico e cultural

No período de 2017, ocorreram os seguintes movimentos nos “Bens do património, histórico, artístico e cultural”:

Bens de patrimonio histórico e cultural	31/12/2017
Valor bruto	11 048,51
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	
Quantia escriturada	11 048,51

5. ATIVOS INTANGÍVEIS

Activos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Ativos intangíveis

Descrição	Saldo em 01-01-2017	Aquisições/ Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-12-2017
Custo						
Programas de computador	238 054,32		0,00	-129,30		237 925,02
Propriedade Industrial	25,00					25,00
Total	238 079,32		0,00	-129,30	0,00	237 950,02
Depreciações acumuladas						
Programas de computador	141 694,11	21 268,29		29 515,31		192 477,71
Propriedade Industrial	25,00					25,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	141 719,11	21 268,29	0,00	29 515,31	0,00	192 502,71



Handwritten signatures and initials in the top right corner.

6. CUSTO DOS EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

6.1 Política contabilística adoptada nos custos de empréstimos obtidos

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime de acréscimo, excepto nos casos em que estes encargos sejam directamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um activo cujo período de tempo para ficar pronto para o uso pretendido seja substancial, caso em que são capitalizados até ao momento em que todas as actividades necessárias para preparar o activo elegível para o seu uso ou para a sua venda estejam concluídas.

69 - Gastos e perdas de financiamento	2017	2016
691 Juros suportados		
6911 Juros de financiamentos obtidos	288 712,39	266 792,84
6913 Juros de desconto de títulos	0,00	0,00
6914 Juros de mora e compensatórios	13 846,77	1 629,35
6915 Juros de acordos	7 254,27	7 829,64
6988 Outros	53 649,91	49 355,40
TOTAL	363 463,34	325 607,23

6.2 Alocação entre passivo corrente e não corrente

A alocação dos empréstimos entre passivo corrente e não corrente, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2017, é como segue:

Passivo	31-dez-17		
	Corrente	Não corrente	Total
Banco Português do Investimento (BPI)		59.184	59.184
Caixa Agrícola		2.816.354	2.816.354
Montepio Geral	97.986	1.673.522	1.771.508
Novo Banco		1.083.000	1.083.000
Millennium BCP		207.127	207.127
Descobertos bancários	60.813		60.813
	158.799	5.839.187	5.997.986



[Handwritten signatures and initials]

7. INVENTÁRIOS

Os inventários encontram-se valorizados pelo custo ou pelo valor realizável líquido, no caso de este ser inferior. O custo inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários na sua condição actual. Os custos de compras incluem o preço de compra, os direitos de importação e outros impostos alfandegários, os custos de transporte e manuseamento, descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes. Os custos de conversão incluem os custos directamente relacionados com as unidades de produção, tais como as matérias-primas e mão mão-de-obra directa, incluindo ainda gastos de produção fixos e variáveis. A imputação de gastos gerais de produção fixos é baseada na capacidade normal das instalações de produção.

Os inventários são valorizados pela fórmula de custeio FIFO, segundo a qual os itens do inventário que foram adquiridos ou produzidos primeiro, são vendidos primeiro, consequentemente os itens que constituem o inventário no fim do período são os itens que foram adquiridos e/ou produzidos mais recentemente.

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 31-12-2017	Inventário em 31-12-2016
Mercadorias - Farmácia	58 361,17	67 309,03
Matérias-primas, Subsidiárias e de consumo	35 533,44	
Total	93 894,61	67 309,03
Custo das mercadorias e das matérias consumidas	854 931,20	855 268,30



Handwritten signatures and initials in the top right corner.

8. RÉDITO

Políticas contabilísticas adoptadas para o reconhecimento do rédito

Os critérios para reconhecimento dos réditos são os seguintes:

RÉDITO DAS VENDAS – São reconhecidos na demonstração de resultados (i) quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos activos são transferidos para o comprador, (ii) quando deixa de existir um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, (iii) quando o montante dos réditos possam ser fiávelmente quantificados, (iv) quando seja provável que os benefícios económicos associados com a transacção fluam para a entidade e (v) quando os custos incorridos ou a incorrer referentes à transacção possam ser fiávelmente mensurados;

RÉDITO DAS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS – São reconhecidos na demonstração de resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço;

Para os períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

	Rédito	
	2017	2016
Proveitos inerentes associados		
Jóias		
Quotizações	160 576,00	163 765,00
Vendas (Farmácia)	1 162 626,00	1 094 496,42
Prestação de serviços	3 031 730,43	2 877 960,11
Total	4 354 932,43	4 136 221,53



[Handwritten signatures and initials]

9. SUBSÍDIOS E APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS

A 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Subsídios do Governo e Apoios Concedidos

Descrição	2017	2016
Subsídios do Governo		
Centro Regional de Segurança Social	2 052 055,14	2 169 659,30
Administração Regional de Saúde	289 354,48	289 701,40
Centro Emprego	627,14	14 402,07
PSP	0,00	228,88
Câmara Municipal de Montijo	0,00	45 473,10
Outras entidades	387 380,54	35 000,00
Total	2 729 417,30	2 554 464,75



10. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os activos e passivos financeiros e os fundos próprios apenas são reconhecidos pela Entidade quando esta se torna uma parte das disposições contratuais dos mesmos.

São mensurados ao custo ou ao custo amortizado, menos perdas por imparidade acumuladas, os contratos para conceder ou contrair empréstimo em base líquida e os instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como contratos ligados a tais instrumentos que, se executados, resultam na entrega de tais instrumentos.

Os demais instrumentos financeiros são mensurados ao justo valor com contrapartida em resultados e os custos de transacção na mensuração inicial destes activos ou passivos financeiros.

As políticas de mensuração de instrumentos financeiros não são alteradas enquanto os mesmos permanecerem na posse da Entidade.

Em 31 de Dezembro de 2017, a Entidade apresenta as seguintes dívidas a pagar:

Fornecedores

Descrição	2017		2016	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Fornecedores c/c	184.253,13	1.136.124,47	846.840,70	0,00
Fornecedores titulos a pagar	1.555,90	0,00	150.340,19	0,00
Fornecedores c/ acordos	23.471,47	0,00	0,00	219.956,47
Total	209.280,50	1.136.124,47	997.180,89	219.956,47

Outras dívidas a pagar da entidade registadas no balanço por período superior a um ano

Fornecedores PER	1.136.124
Segurança social PER	2.359.378
Pessoal PER	47.482
	<u>3.542.984</u>



[Handwritten signatures and initials]

Outros passivos correntes

Pessoal	165.107
Pessoal PER	23.742
Adiantamentos de clientes / utentes	17.476
Credores por acréscimos de gastos	1.071.215
Saldos credores de clientes / utentes	1.018
Fornecedores de investimentos	2.334
Outros credores	320.886
	1.601.778

Em 31 de Dezembro de 2017, a Entidade apresenta as seguintes dívidas a receber:

Descrição	2017	2016
Clientes	302.319,48	172.922,53
Utentes	314.199,85	208.809,09
Outras contas a receber	127.417,20	
Total	743.936,53	381.731,62

Em 31 de Dezembro de 2017 foram reconhecidas, em resultados transitados, as seguintes perdas por imparidade:

- Clientes conta corrente 149.902 euros
- Adiantamentos a fornecedores 7.425 euros
- Outros devedores 78.207 euros

As imparidades que se encontram reconhecidas nas demonstrações financeiras, tiveram origem em exercícios anteriores e devem-se a efectivas dificuldades financeiras dos respectivos devedores e a quebras contratuais, como incumprimentos nos pagamentos contratualizados.



Handwritten signatures and initials in the top right corner.

11. GASTOS COM O PESSOAL E BENEFÍCIOS COM OS EMPREGADOS

O Conselho de Administração é composto por 5 elementos não tendo a sua composição sofrido alterações em 2017.

Não existem membros que acumulem em simultâneo, funções de órgãos directivos no exercício de 2017.

O Conselho Fiscal é actualmente composto por 3 elementos.

Em 2017 o quadro de pessoal era composto da seguinte forma:

	Efetivos	C. Termo	
Pessoal Técnico	40	12	
Pessoal Administrativo	30	3	
Pessoal Auxiliar	121	35	
Outros	19	0	
Estagiários			
TOTAL	210	50	260

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2017	2016
Remunerações ao Pessoal	3 172 259,47	2 973 740,69
Indemnizações	67 166,59	12 448,29
Encargos sobre as Remunerações	551 860,76	508 649,59
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	29 729,27	25 324,80
Outros Gastos com o Pessoal	4 666,37	9 589,47
Total	3 825 682,46	3 529 752,84



[Handwritten signatures and initials]

12. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração, em 19 de Abril de 2018. Contudo, os associados em Assembleia Geral poderão não aprovar as presentes demonstrações financeiras ou solicitar alterações às mesmas.

Após a data do balanço e até à data da autorização para emissão das presentes demonstrações financeiras, o Conselho de Administração celebrou um contrato com a José de Melo Saúde para exploração da Clínica a partir de Abril de 2018 e prevê arrendar o edifício situado na Jardía, para exploração de lar, a partir de Maio de 2018.

13. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro, estando a decorrer e a ser cumprido um plano de pagamento faseado cuja dívida ascende a 33 Mil Euros, que não se encontra integrado no Processo Especial de Revitalização (PER) homologado em 27/12/2017.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados, existindo um plano de pagamento estabelecido no âmbito do Processo Especial de Revitalização (PER) homologado em 27/12/2017.

No sentido de viabilizar a sua actividade a entidade assinou um Processo Especial de Revitalização (PER) que foi decretado por Sentença Judicial do Tribunal da Comarca do Barreiro e homologado em 27/12/2017. Estão incluídos no PER dívidas à banca, à segurança social, ao pessoal e a fornecedores comuns num total aproximado de 9.500 Mil Euros (cerca de 82% dos passivos a 31/12/2017) que serão liquidados aos respectivos credores durante os próximos 25 anos.

Para os efeitos do disposto no art.º 66.º - A do Código das Sociedades Comerciais, divulga-se que os honorários totais facturados pelo Revisor Oficial de Contas no exercício de 2017 ascendem a 5.000,00€, os quais referem-se exclusivamente a serviços de revisão legal de contas. Durante o exercício não foram facturados à Entidade quaisquer honorários por outros serviços de garantia e fiabilidade nem lhe foram facturados honorários relativos a consultadoria.



[Handwritten signatures and initials]

14. OUTRAS DIVULGAÇÕES

De forma a melhorar a compreensão das presentes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

14.1 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Diferimentos

Descrição	2017	2016
Gastos a reconhecer		
Rendas	2.469,00	823,00
Outros	803,83	55.954,25
Total	3.272,83	56.777,25
Rendimentos a reconhecer		
Outros	30.703,29	31.385,65
Total	30.703,29	31.385,65

14.2 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2017 e 2016, encontrava-se com os seguintes saldos:

Caixa e Depósitos Bancários

Consolidado

Descrição	31-12-17	31-12-16
Caixa	4.858,41	4.633,11
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	9.038,64	43.679,88
Total	13.897,05	48.312,99



Handwritten signatures and initials in the top right corner.

14.3 Estado e outros entes públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Estado e Outros entes Públicos

Descrição	2017		2016	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Ativo				
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS)	487,48	0,00		
Total	487,48	0,00		
Passivo				
imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	5.201,84	0,00	6.126,01	0,00
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS)	35.920,69		40.783,27	0,00
Segurança Social	105.009,24	2.359.377,90	158.547,52	2.146.044,09
Outros Impostos e taxas	0,00	0,00	1.040,74	0,00
Total Crédito	146.131,77	2.359.377,90	206.497,54	2.146.044,09

14.4 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, foi a seguinte:

Fornecimentos e Serviços Externos

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Serviços Especializados	1.326.213,20	1.127.985,09
Materiais	127.918,44	98.697,46
Energia e fluidos	169.000,54	165.701,56
Deslocações, estadas e transportes	3.517,59	3.026,29
Serviços diversos (*)		
Limpeza, higiene e conforto	102.807,57	100.639,67
Rendas e alugueres	46.456,93	64.351,45
Comunicações	52.500,45	58.898,35
Seguros	12.939,68	15.856,59
Outros Serviços	6.261,40	10.286,49
TOTAL	1.847.615,80	1.645.442,95



Handwritten signatures and initials:
Prof. B
JH
JH/B

14.5 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Outros rendimentos

Descrição	2017	2016
Rendimentos suplementares	683,09	763,14
Descontos de pronto pagamento obtidos	26.215,24	36.439,91
Ganhos em inventários	1.398,19	0,00
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	1.551,80	1.578,20
Outros rendimentos e ganhos	92.652,46	106.677,39
Total	122.500,78	145.458,64

14.6 Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Outros gastos

Descrição	2017	2016
Impostos	2.985,48	4.516,48
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	287,92
Perdas em inventários	1.811,83	26.603,34
Gastos e perdas nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Gastos em investimentos não financeiros	27.978,06	0,00
Outros Gastos e Perdas	58.353,47	110.038,30
Gastos com apoios financeiros concedidos a associados ou utentes	116.210,28	88.410,07
Total	207.339,12	229.856,11



14.7 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2017	2016
Gastos Financeiros		
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	309.813,43	276.251,83
Outros gastos de financiamento	53.649,91	49.355,40
Total	363.463,34	325.607,23
Proveitos Financeiros		
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos		17,85
Total	0,00	17,85
Resultados financeiros 79-69	-363.463,34	-325.589,38

Montijo, 19 de Abril de 2018



UNIÃO MUTUALISTA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO
- ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA -

PARECER DO CONSELHO FISCAL



UNIÃO MUTUALISTA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO - ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA -



Sede Social
União Mutualista Nossa Senhora da Conceição
Montijo

PARECER DO CONSELHO FISCAL

EXERCÍCIO DE 2017

Exmos. Associados,

1. No cumprimento da alínea c) do artigo trigésimo oitavo dos Estatutos da União Mutualista N^a S^a da Conceição, Associação Mutualista, vem o Conselho Fiscal apresentar o seu parecer sobre os documentos da prestação de contas do exercício de 2017.
2. O Conselho Fiscal acompanhou a atividade da Associação e a sua gestão no exercício de 2017, tendo participado nas reuniões do Conselho de Administração, nomeadamente, na preparação da elaboração do PER, sua apresentação e aprovação.
3. O Conselho Fiscal, acompanhou a elaboração das contas anuais de 2017 pelos serviços da Associação.
4. O Conselho Fiscal obteve sempre as informações solicitadas aos Serviços e ao Conselho de Administração pelo que agradece a sua inestimável colaboração.
5. O Conselho Fiscal apreciou o Relatório de Gestão e os aspetos mais relevantes das Demonstrações Financeiras que apresentam um resultado negativo de 287.764,85 euros, um total de fundos patrimoniais negativos de 1.657.415,47 euros, EBITDA e EBIT positivos, de, respetivamente, 471.281,93 € e 75.698,49 €
6. No Relatório de Gestão, o Conselho de Administração menciona as condições do enquadramento do exercício da atividade em 2017, que influenciaram o resultado do exercício, das quais destacamos as seguintes:
 - a) Penalização dos custos com pessoal em 295.929,62 €, para o que contribuiu definitivamente:
 - 1) Indemnizações, ocorridas;
 - 2) A transferência de 14 idosos do Lar Montepio para a Jardim, com o consequente aumento do quadro de pessoal, e,
 - 3) Custos com pessoal para o aumento da capacidade da UCCI, que nunca se concretizou, e que foi suportado durante 10 meses.
 - b) Custos financeiros, pelo reconhecimento e devida contabilização da dívida consolidada, quer à Segurança Social quer à Banca.
7. Ao nível do Balanço, após levantamento criterioso das principais rubricas afetas, formas e critérios de valorização e imputação, e ponderadas as recomendações por via do Relatório de Sindicância, destacamos os principais constrangimentos relevados, que foram:



UNIÃO MUTUALISTA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO - ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA -



Sede Social

União Mutualista Nossa Senhora da Conceição
Montijo

por via do Relatório de Sindicância, destacamos os principais constrangimentos relevados, que foram:

- a) Criação de previsão de acréscimo de custo, devido à reposição salarial;
 - b) Custas de reestruturação e consolidação de dívida à Segurança Social,
 - c) Após avaliação imobiliária, correção dos Ativos Fixos Tangíveis, no valor de 575.000 euros referente a terrenos em que a UMNSC só tem direito de superfície: Lar Montepio – 400.000 euros e CIAM – 175.000 euros;
 - d) Ativos Fixos Intangíveis: indevida valorização do alvará da Farmácia em 1,34 M€;
 - e) Previsão de acréscimo de custos associada à reposição salarial, num total de 347.638 euros, dos quais 241.539 em resultados transitados e o remanescente no exercício de 2017;
 - f) Restituição das participações indevidas num total de 110.322 euros, dos quais 75.333 em resultados transitados e o remanescente no exercício de 2017
 - g) Imparidades num total de 235.533 euros, por via dos resultados transitados, com maior expressão para Clientes, seguida de Outros Devedores e Credores e por fim Fornecedores.
8. Aquelas situações inserem-se num quadro de regularização patrimonial, sem impacto direto na execução do PER, exceto quanto à reposição salarial que tem efeitos financeiros, e, também, as custas da Segurança Social.
9. Pelo acima exposto, é convicção do Conselho Fiscal que o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras refletem, de forma verdadeira e apropriada, a evolução da atividade da Associação e a respetiva situação patrimonial.
10. Nestes termos, o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia Geral da União Mutualista N^a S^a da Conceição aprove:
- As Demonstrações Financeiras do exercício de 2017;
 - O Relatório de Gestão referente ao mesmo exercício.

Montijo, 19 de abril de 2018.

O Conselho Fiscal,

António Manuel Corrêa de Sousa Fortunato

João Maria da Silva Costa

António Fernando Alves Marçal



UNIÃO MUTUALISTA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO
- ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA -

**CERTIFICAÇÃO LEGAL
DAS CONTAS
E
RELATÓRIO E
PARECER DO
REVISOR OFICIAL DE
CONTAS**



UNIÃO MUTUALISTA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO - ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA -



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATÓRIO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da UNIÃO MUTUALISTA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO, (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017, (que evidencia um total de 9.871.449 euros e um total de fundos patrimoniais negativos de 1.657.415 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 287.765 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos (ou possíveis efeitos) das matérias referidas na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com reservas

A falta de respostas obtidas no processo de circularização externa de saldos de clientes e outros devedores, e os fracos procedimentos de controlo interno que se encontram implementados na área de contas a receber, não nos permitiram validar satisfatoriamente, saldos a receber de clientes no montante de 467 Mil Euros, e saldos a receber de outros devedores no montante de 247 Mil Euros.

Dado que a nossa nomeação apenas ocorreu em março de 2018, não nos foi possível assistir à verificação física final das existências da Entidade, pelo que não pudemos formar opinião sobre o valor das existências finais, no montante de 94 Mil euros e, consequentemente, sobre o Custo das Mercadorias Vendidas e Consumidas, no montante de 855 Mil Euros.

Os fracos procedimentos de controlo interno existentes no cálculo das amortizações dos exercícios, associados à inconsistência verificada nas vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, não nos permitiram validar satisfatoriamente o valor das amortizações do exercício, no montante de 396 Mil Euros, nem o valor das amortizações acumuladas no montante de 10.107 Mil Euros.

A falta de respostas obtidas no processo de circularização externa de saldos de fornecedores, e os fracos procedimentos de controlo interno que se encontram implementados na área de contas a pagar, não nos permitiram validar satisfatoriamente saldos a pagar a fornecedores, no montante de 209 Mil Euros.

Rua Veríssimo da Silva, Condomínio do Outeiro, 2 - 2950 - 078 Palmela
Tfm: (+351) 916 228 280 - Tel/Fax: (+351) 212 353 289
E-mail: joaquim@jts-sroc.pt Site: www.jts-sroc.pt

1 / 4



UNIÃO MUTUALISTA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO - ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA -



A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas, estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Incerteza material relacionada com a continuidade

Apesar de a Entidade ter vindo a demonstrar capacidade financeira para resolver os seus compromissos imediatos, as necessárias correções efetuadas a exercícios anteriores suportadas por adequadas políticas contabilísticas, originaram que, a 31 de dezembro de 2017, os fundos próprios ficassem negativos em 1.657 Mil Euros. Tendo em consideração o facto de a Entidade estar abrangida por um Processo Especial de Revitalização (PER), consideramos poder existir a suscetibilidade de a Entidade deixar de ter capacidade de prosseguir em continuidade, sem recorrer a apoios financeiros dos associados e /ou de terceiros.

Ênfases

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Conforme consta na Nota 2 do anexo e no relatório de gestão, a Entidade modificou as suas políticas contabilísticas, em conformidade com o estabelecido na NCRF-ESNL, tendo reduzido ativos não correntes e os fundos patrimoniais em 1.968 Mil Euros.

Conforme divulgado na Nota 4 do anexo e no relatório de gestão, a Entidade mantém os imóveis mensurados ao justo valor, tendo realizado testes de imparidade através de avaliações efetuadas por uma entidade independente e idónea. Consequentemente, os ativos fixos tangíveis e os fundos patrimoniais foram incrementados em 1.596 Mil Euros.

Conforme referido na Nota 13 do anexo e no relatório de gestão, foi homologada em 27/12/2017 a Sentença Judicial que decretou o Processo Especial de Revitalização, ficando abrangidos pelo mesmo passivo no montante aproximado de 9.500 Mil Euros, que serão liquidados aos respetivos credores faseadamente durante os próximos 25 anos.

Conforme divulgado na Nota 13 do anexo, a Entidade tem uma dívida fiscal à Autoridade Tributária no montante de 33 Mil Euros, que se encontra coberta por um adequado plano de pagamentos faseados.

Rua Veríssimo da Silva, Condomínio do Outeiro, 2 - 2950 - 078 Palmela
Tlm: (+351) 916 228 280 - Tel/Fax: (+351) 212 353 289
E-mail: joaquim@jts-sroc.pt Site: www.jts-sroc.pt

2 / 4



UNIÃO MUTUALISTA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO - ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA -



Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- Preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- Elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- Criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- Adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- Avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;

Rua Veríssimo da Silva, Condomínio do Outeiro, 2 - 2950 - 078 Palmela
Tlm: (+351) 916 228 280 - Tel/Fax: (+351) 212 353 289
E-mail: joaquim@jts-sroc.pt Site: www.jts-sroc.pt

3 / 4



UNIÃO MUTUALISTA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO - ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA -



- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma de Contabilidade e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; e
- Comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATÓRIO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais

Palmela, 23 de abril de 2018

CORREIA & SANTOS, SROC, LDA

Representada por Joaquim Teixeira Santos, ROC N.º 1245

Rua Veríssimo da Silva, Condomínio do Outeiro, 2 - 2950 - 078 Palmela
Tlm: (+351) 916 228 280 - Tel/Fax: (+351) 212 353 289
E-mail: joaquim@jts-sroc.pt Site: www.jts-sroc.pt

4 / 4

Capital Social: 10.000 €

NIPC: 509 267 254

Inscrita na OROC sob o N.º 240

Inscrita na CMVM sob o N.º 20161533



UNIÃO MUTUALISTA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO - ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA -



RELATÓRIO E PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Aos Associados da,
UNIÃO MUTUALISTA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório sobre a atividade por nós desenvolvida e o nosso Parecer sobre os documentos de prestação de contas da UNIÃO MUTUALISTA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO (“Entidade”), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Durante o exercício de 2017, acompanhamos com a periodicidade e profundidade que consideramos adequada, a evolução da atividade da Entidade, incluindo a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento dos normativos legais e estatutários em vigor, tendo-nos sido facultados pelo Conselho de Administração e pelos diversos serviços da Entidade as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinamos o balanço reportado a 31 de dezembro de 2017, as demonstrações dos resultados por naturezas, dos fluxos de caixa e das alterações nos fundos próprios, para o exercício findo naquela data e o respetivo anexo. Adicionalmente, revimos o relatório de gestão elaborado pelo Órgão de Gestão. Em consequência do trabalho realizado, emitimos nesta data a respetiva Certificação Legal das Contas, a qual contém reservas e incertezas materiais sobre a continuidade e se considera anexa ao presente relatório e parecer.

Face ao exposto, somos de parecer que, exceto quanto aos efeitos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações de âmbito descritas na secção “Bases para a opinião com reservas” e tendo ainda em consideração os assuntos referidos na secção “Incerteza material relacionada com a continuidade” e na secção “Ênfases”, todos da Certificação Legal das Contas, as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias em vigor, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Associados.

Desejamos ainda manifestar o nosso apreço, ao Conselho de Administração e aos demais colaboradores da Entidade, por toda a colaboração que nos foi prestada ao longo do exercício.

Palmela, 23 de abril de 2018

CORREIA & SANTOS, SROC, LDA
Representada por Joaquim Teixeira Santos, ROC N.º 1245

Rua Veríssimo da Silva, Condomínio do Outeiro, 2 - 2950 - 078 Palmela
Tlm: (+351) 916 228 280 - Tel/Fax: (+351) 212 353 289
E-mail: joaquim@jts-sroc.pt Site: www.jts-sroc.pt

1 / 1

